



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS
CÂMPUS UNIVERSITÁRIO DE ARAGUAÍNA
COORDENAÇÃO DO CURSO DE LETRAS**

DAYANE CARNEIRO ROCHA

O SUBJUNTIVO: USOS E NORMAS

ARAGUAÍNA

2015

DAYANE CARNEIRO ROCHA

O SUBJUNTIVO: USOS E NORMAS

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Letras, com habilitação em Língua Portuguesa e Literatura– Licenciatura, da Universidade Federal do Tocantins, Câmpus Araguaína, como requisito parcial para a obtenção de grau de licenciatura em Letras.

Orientador: Prof.Dr. Luiz Roberto Peel Furtado de Oliveira

ARAGUAÍNA

2015

DAYANE CARNEIRO ROCHA

O SUBJUNTIVO: USOS E NORMAS

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Letras, com habilitação em Língua Portuguesa e Literatura–Licenciatura, da Universidade Federal do Tocantins, Câmpus Araguaína, como requisito parcial para a obtenção de grau de licenciatura em Letras.

Orientador: Prof. Dr. Luiz Roberto Peel Furtado de Oliveira

Aprovada em: ____/____/____

Banca Examinadora:

Prof. Dr. Luiz Roberto Peel Furtado de Oliveira (Orientador)

Prof. Msc. Antônio Cilírio da Silva Neto
Universidade Federal do Tocantins – Campus Araguaína

Prof. Msc. Naiana Siqueira Galvão
Universidade Federal do Tocantins – Campus Araguaína

Que os vossos esforços desafiem as impossibilidades, lembrai-vos de que as grandes coisas do homem foram conquistadas do que parecia impossível. (Charles Chaplin)

AGRADECIMENTOS

A Deus, por ter me dado a graça de alcançar esse objetivo tão almejado.

A meus pais, por me proporcionarem educação de qualidade, por me oferecerem carinho e compreensão sempre que deles precisei.

A meus irmãos e meus amigos, pela força constante.

Ao Professor Doutor Luiz Roberto Peel, pela disposição em me orientar, em apontar falhas, em chamar a atenção sempre que necessário.

RESUMO

Este projeto tem como objetivo analisar a forma com a qual as gramáticas normativas e pedagógicas conceituam o modo, o tempo e as características do subjuntivo (conjuntivo), para que suas conclusões possam propiciar uma visão mais precisa sobre o ensino da língua portuguesa no tocante a essa feição do verbo. Para tanto, embasamo-nos nas gramáticas normativas de Rocha Lima, Bechara, Cipro Neto, Cegalla, André, Pimentel, Reis, Luft e Nicola & Infante, e nas gramáticas pedagógicas de Moura Neves, Perini, Bagno e Castilho. Temos, ainda, neste trabalho, como arcabouço teórico, as contribuições sobre a normatividade de Wittgenstein, que trabalhou no campo da filosofia da linguagem, afirmando que toda linguagem apresenta um padrão, mesmo possuindo muitas variantes; e que esse padrão, esse conjunto de regras, precisa ser aprendido para que a criança possa construir linguisticamente as suas ostensões, os seus conceitos, as suas volições e os seus afetos.

Palavras-chave: Gramática Prescritiva; Modo Subjuntivo; Normatividade.

ABSTRACT

This project aims to analyze the way in which the normative and pedagogical grammars conceptualize the way, the time and the subjunctive characteristics (connective), so that their findings can provide a more accurate view of the Portuguese language with regard to this feature of the verb. Therefore, we are based in normative grammars Rocha Lima, Bechara, Cipro Neto, Cegalla, André, Pimentel, Reis, Luft and Nicola & Infante, and in pedagogical grammars of MouraNeves, Perini, Bagno and Castilho. We also have in this work as theoretical framework, the contributions of the normativity of Wittgenstein, who worked in the field of philosophy of language, saying that every language has a pattern, even having many variants; and that this pattern, this set of rules need to be learned so that the child can build their linguistically ostentations, their concepts, their volitions and their affections.

Keywords: Prescriptive Grammar; Subjunctive Mode; Normativity.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	9
1. A NORMATIVIDADE COMO SUBSTRATO GRAMATICAL.....	13
2. O CONCEITO E USO DO SUBJUNTIVO NA TRADIÇÃO GRAMATICAL	16
3. O SUBJUNTIVO NAS GRAMÁTICAS PEDAGÓGICAS	31
4. SÍNTESE DAS DUAS ABORDAGENS	43
CONSIDERAÇÕES FINAIS	47
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	49

INTRODUÇÃO

O presente trabalho traz uma reflexão acerca dos conceitos e usos do subjuntivo, tanto a partir dos compêndios pedagógicos, as chamadas gramáticas pedagógicas, quanto das gramáticas normativas. E tem como objetivo apresentar meios que facilitem o ensino do subjuntivo, sendo seu público alvo os professores das redes públicas de educação; pois, nos dias atuais, há pouca bibliografia dirigida aos docentes em relação ao ensino deste tópico gramatical, o que vem ocasionando pouca reflexão em sala de aula.

Trata-se de uma pesquisa de cunho bibliográfico, na qual procuramos apresentar as discussões e as contribuições dos compêndios tradicionais e pedagógicos que conceituam o modo subjuntivo, para que possamos oferecer subsídios para o ensino e a aprendizagem do verbo.

Em relação aos pressupostos filosófico-linguísticos, utilizamos, como objeto teórico, a filosofia da linguagem de Ludwig Wittgenstein, que aborda a normatividade como fundamento para registro e testemunho da língua, no capítulo intitulado ‘A normatividade como substrato gramatical’.

Esse capítulo se fundamenta, ainda, nas ideias de Pimpão (1999), que conceitua a normatividade como forma reguladora (categoria analisada em seu trabalho), voltada ao uso das categorias verbais (com enfoque no modo subjuntivo), afirmando que se trata de um ‘valor atitudinal’, em outros termos, o valor que o locutor assume diante do fato declarado em orações subordinadas.

Além disso, o autor complementa, com a postura tradicional de prescrever valores para os modos verbais, indicando que o subjuntivo exprime incerteza; comparando-o com o indicativo, cujo valor é a certeza; sendo que, durante a verificação, o indicativo incorpora, e praticamente substitui o valor do subjuntivo.

No segundo capítulo, ‘O conceito e o uso do subjuntivo na tradição gramatical’, analisamos o modo subjuntivo como é apresentado nos tratados tradicionais (normativos e descritivos); como os autores abordam o conceito e o uso do subjuntivo nas gramáticas. Acreditamos, de fato, que não poderíamos desenvolver este trabalho sem a consideração da tradição gramatical; posto que, mesmo criticada veementemente pelos linguistas, tem ainda lugar num trabalho como este.

No terceiro capítulo, ‘O subjuntivo nas gramáticas pedagógicas’, o leitor encontrará a análise do subjuntivo nas gramáticas pedagógicas, como o próprio título da seção já informa.

Neste excerto do trabalho, o leitor atento poderá vislumbrar abordagens diferentes da tradicional, principalmente na obra de Marcos Bagno.

E, finalizando a análise, fizemos a comparação das duas abordagens, criticamente, no quarto capítulo, intitulado ‘Síntese das duas abordagens’, com exemplos que visam à facilitação do ensino do modo subjuntivo.

Nossa preocupação tem relação direta com a dificuldade de compreender o subjuntivo no ensino fundamental e médio, tanto por professores quanto por alunos; e, por isso, temos como retorno o insucesso do ensino aprendizagem desse modo tão importante para a comunicação precisa e eficiente.

A respeito disso Novo (2014) menciona que:

O subjuntivo, por mais que tenha uma marca específica que indique possibilidade, ainda exige outro elemento para complementar a modalidade. No entanto, por conta do advérbio ‘talvez’, o falante interpreta que não haja obrigatoriedade de se usar o modo subjuntivo, pois a própria expressão possui forte carga semântica relacionada à possibilidade. (NOVO, 2014, p. 9-10)

Pressupõe-se que, nas aulas de língua portuguesa, haja um conflito visível entre a produção linguística e o raciocínio natural dos alunos/falantes. Nas aulas e nos compêndios normativos há, de fato, pouco espaço para momentos e discussões relacionados a traços não linguísticos e pragmáticos implicados em textos e na fala formal e/ou informal. Talvez precisemos mudar o enfoque dado a esse ponto da língua, mas sem perdermos de vista a importância da normatividade.

Castilho e Elias (2012), na introdução de sua obra, dialogam com essa ideia, quando mencionam que, em consequência da sociedade impor limites em relação à variação linguística, a variante culta tem maior prestígio, ou seja, discrimina a variedade popular. E ainda afirmam o que segue:

“O Estado e seu aparato de ensino são sensíveis a esse fato, por isso a escola – que é uma das representações do Estado – privilegia em suas práticas a chamada variedade padrão. Acredita-se que a promoção da cidadania assenta em seu domínio do padrão privilegiado socialmente.” (CASTILHO, 2007, p.43)

Entende-se que apenas a língua culta possui funcionalidade e cria cidadãos competentes, sendo assim, sua composição não se finca apenas em fatores sociais pré-estabelecidos, mas que, no contexto histórico, expõe e julga a fala popular como um status inferior, sendo uma marca linguística característica das sociedades com pouco letramento. Há,

dessa forma, nas aulas de língua portuguesa uma monopolização da variação culta, ainda presente.

Diante disso, vemos uma das várias mazelas que o professor de língua materna vem enfrentando, ou o uso da gramática normativa com o intuito de seguir regras postas, engessadas, sem uma reflexão de conceitos e ideias, e sem observar criticamente a plasticidade constante na língua portuguesa; ou uma situação de vazio, pois os manuais utilizados em sala de aula não substituem as gramáticas tradicionais como fonte de normatividade. Ora, sem norma (sem regras), não se chega a lugar produtivo linguisticamente.

Posto isso, observamos que o modo subjuntivo torna-se bastante complexo no ensino e aprendizagem, e somente a repetição das características deste modo, ao longo dos anos, faz com que ele seja mais utilizado, compreendido, por estudantes do Ensino Médio.

Os temas relacionados ao modo subjuntivo são escassos, no tocante ao modo de aplicação e compreensão pelo professor, mas apontam questões relacionadas à comparação a outros modos tais como o indicativo que, por causa da variação linguística do tempo, o presente do indicativo se equipara ao presente do subjuntivo em alguns casos, como apontam os estudos de Idressa Ribeiro Novo, no seu artigo *Variação entre o presente do indicativo e o presente do subjuntivo e seus reflexos nas aulas de língua portuguesa*. Ao trabalhar com a Sociolinguística Variacionista, cita Perini, que explicita a diferença de sentido entre as formas nas orações subordinadas.

Com isso, segue-se uma questão ao longo do estudo: o modo subjuntivo é verdadeiramente o modo que deduz incerteza, suposição? Diante dessa dúvida, Novo (2014, p.02) coaduna com as palavras de Câmara Jr. (2009), que, no português, como em todas as línguas românicas, o subjuntivo sofreu a influência do indicativo e só se expõe em determinadas características de frases.

Aliás, de acordo com pesquisas de campo feitas por Novo (2014), tendo como arcabouço teórico a Sociolinguística Variacionista, os falantes marcam o uso do subjuntivo em orações iniciadas por *talvez*. Assim, “nesse contexto o subjuntivo favoreceu-se por dois fatores: informação nova e traço de futuridade” (NOVO, 2014, p.3). Diante disso, verifica-se que ainda há contextos que solicitam o uso desse modo verbal.

A metodologia deste trabalho se compõe de pesquisa bibliográfica, que consiste na análise e leitura de gramáticas, tais como as de Rocha Lima, Bechara, Cegalla, Pimentel, André, Luft, Reis, Cipro Neto, Nicola e Infante; e também de teóricos das gramáticas pedagógicas, tais como Perini, Bagno, Moura Neves, Castilho, dentre outros; foram também

pesquisados livros, artigos e periódicos online, que propiciaram definições e conceitos do “subjuntivo”, no que toca ao ensino da língua portuguesa.

Concluimos, ao final deste trabalho, que o leitor irá encontrar a apresentação e discussão de duas formas de compreensão e de ensino do subjuntivo; ou seja, a das gramáticas pedagógicas e a das gramáticas tradicionais (normativas); sempre por meio de uma visão crítica, a fim de expor quais pontos podem ser abordados em sala de aula.

1. A NORMATIVIDADE COMO SUBSTRATO GRAMATICAL

A normatividade, componente de investigações feitas por Ludwig Wittgenstein, constitui-se como um conjunto de regras que norteiam usos linguísticos (tanto de uma linguagem natural quanto de uma linguagem matemática); assim, a normatividade, como propriedade inerente à lógica, possibilita instrumentos de controle de qualquer língua que rege ou propõe.

Um exemplo dado pelo filósofo, sobre a função de normas numa língua, é que “as regras são como trilhos, que não descrevem, apenas direcionam os discursos, ou os seus sentidos” (Wittgenstein, *apud* PEEL e ANDRADE, 2014, p.459). Com base nessas afirmações, os compêndios gramaticais possuem, como papel principal, a apresentação das regras de uma determinada língua, auxiliando na produção de textos orais e escritos. Também essas regras, normas lexicais e composicionais, mostram as possibilidades significativas dos diferentes recursos linguísticos de que dispõe determinada língua, como afirmam Pessoa, Lima e Silva (2012, p.53).

Isso é resultante das práticas normativas acrescentadas e/ou modificadas ao longo do tempo e, portanto, baseado na experiência de implantação, ajuste e sustentação do acordo linguístico, conforme afirmações feitas por Rodrigues: é por meio dessas mudanças que “a necessidade da lógica (e da matemática e da gramática) se sustenta. E sem isso, ela não seria mais lógica” (RODRIGUES, 2011, p.07).

No âmbito da gramática, no estabelecimento de normas da linguagem faladas e/ou escritas, Rodrigues (2011, p.60) pontua uma afirmação de Wittgenstein, de que a gramática não se preocupa em cumprir propósitos ou atuar sobre os indivíduos de maneira descritiva, pois a função da gramática é diferente; ela não funciona a partir da descrição de regras, mas de sua normatização.

Wittgenstein indica, no âmbito gramatical, que não se deve interpretar a lógica a partir de certos conceitos/ideias, tais como a lógica deve ser pura e simples, ou coisas desse tipo; mas a partir dos papéis que ela possa cumprir e, efetivamente, desenvolver na linguagem. Conforme menciona Rodrigues (2011, p.78), a lógica oferece a norma, que busca o sentido de um ato; deste modo, a lógica, que possui propriedades normativas, estabelece critérios/regras para “julgar o sentido, a correção, o pertencimento deste ato àquilo que chamamos de linguagem” (RODRIGUES, 2011, p.78).

Wittgenstein, nas análises de Rodrigues (2011, p.75), utiliza metáforas para fundamentar o conceito de lógica, como, por exemplo, o funcionamento de uma máquina; pois a máquina tem seu valor, porque, a partir de seu desempenho e da formulação que fazemos do seu comportamento, pode ser utilizada como um molde e/ou norma. Com isso, “a máquina ideal nos interessa, do ponto de vista prático, porque ela é *normativa*” (RODRIGUES, 2011, p.75).

Garcia (2011, p.240) postula a argumentação de gramáticos, tais como Neves (2002), Possenti (1996), Câmara Júnior (1986) e Travaglia (2001), que defendem, igualmente, o ensino de gramática normativa como meio de oferecer dados da variedade culta da língua, com a finalidade de propiciar a capacidade de adaptar-se em situações e contextos na sociedade, e, também, na apropriação cultural ligada à norma culta da língua.

Diante disso, Faraco e Castro (1999, p.02) atentam para um fato específico, que ensinar a gramática não é adequado no momento que a interpretamos como um amontoado de regras dogmáticas, mas como principal recurso/registro de consulta sobre fatos (orais e escritos) da língua formal. Toda língua necessita de regras e/ou registros que definam um padrão, como menciona Ferdinand de Saussure, ao descrever que a língua é o “sistema que sustenta qualquer idioma concreto” (Saussure *apud* RITONDALE 2009, p.22).

Como toda e qualquer língua está em constante mudança, novos registros são compreendidos pelos falantes, e, a partir disso, incorporados nos compêndios, permitindo direcionar e enriquecer nossos discursos e sentidos.

Dessa forma, sempre que estivermos de posse da regra correta, tendo compreendido a estrutura que organiza uma sequência, ‘uma vez que compreendamos, por exemplo, a estrutura que organiza a sequência dos números naturais, então nós temos a mão toda a sequência presentificada até o infinito. (Rodrigues, 2013, p.142, *apud* PEEL, OLIVEIRA, 2014, p.460)

Com base nisso, na perspectiva, normativo-gramatical, o professor de língua materna, mesmo tendo em mãos os compêndios normativos, sente-se inseguro, pois, como mencionam Faraco e Castro (1999, p.02), as propostas que os linguistas indicam, parecem excluir a gramática em consequência de suas imperfeições conceituais; ainda assim, mesmo com essas inconsistências, a gramática ainda é nossa fonte de referência da linguagem padrão, pois “a tradição gramatical nos fornece uma metalinguagem bastante útil para tratar das línguas humanas, metalinguagem que a própria linguística contemporânea pouco alterou” (FARACO, CASTRO, 1999, p. 02).

Os PCN – Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN, 2001, p.21 *apud* SOUSA, 2012, p.603) atribuem o domínio da língua, oral e escrita, como fundamental para a inserção social, pois o usuário se comunica por meio dela. É com a língua oral e escrita que temos acesso ao conhecimento, expressamo-nos, criamos opiniões/visões de mundo, e também produzimos conhecimentos. A partir disso, a escola, como formadora de cidadãos competentes, tem a tarefa de garantir aos seus educandos a disponibilização dos saberes linguísticos essenciais para o aprendizado; pois o domínio da língua é um direito primordial de todos os cidadãos.

Sousa (2012, p.603) postula que a escola ainda prega a linguagem prescritiva descontextualizada, ou seja, fora de seu contexto social; pois, o ensino de língua ainda carrega o peso da tradição gramatical, com regras imutáveis, baseando-se em atividades mecanizadas, muitas vezes vazias de significado e fora de contexto, ou seja, o uso do texto como pretexto sem um aprofundamento nas implicaturas; no seu teor contextual.

Parece-nos oportuno abordar, neste capítulo, as afirmações de Henriques, com base no campo gramatical, pois os compêndios que ultrapassam sua função referencial normativa e incorporam repertórios pedagógicos e culturais, fazem referências aos aspectos semânticos e estilísticos; e, assim, designam uma forma construtiva de abordar a língua histórica. Portanto, Henriques (2011, p. 42) postula que uma gramática que não se constitui com esses aspectos, “faz tábua rasa do estilo e da individualidade, estigmatiza até a criatividade”.

Com isso, podemos observar que, se a língua é resultado da cultura, uma das tarefas que incumbe a um gramático é explanar criticamente e objetivamente seus resultados, em outros termos, descrever a língua como um meio que a cultura tem para agir/funcionar. Henriques reitera, com a definição de Mattoso Câmara, que a cultura é “o conjunto do que o homem criou na base das suas faculdades humanas: abrange o mundo humano em contraste com o mundo físico e o mundo biológico” (HENRIQUES, 2011, p.47).

Dessa forma, a normatividade gramatical é imprescindível, e os professores de língua materna só alcançarão um desempenho realmente profícuo quando permitirem que seus alunos passem da ostensão linguística inicial para o conhecimento das regras básicas que instituem a língua.

2. O CONCEITO E USO DO SUBJUNTIVO NA TRADIÇÃO GRAMATICAL

O termo subjuntivo, de acordo com as ideias de Pimpão (1999, p.13), origina-se do latim *subjunctivus*, tratando-se do modo verbal que possui a propriedade de ligar, de subordinar, e que, em orações absolutas, está no atrelamento expressivo do indivíduo que fala, abrangendo a expressão de dúvida ou eventualidade.

Nas gramáticas tradicionais, buscamos o conceito do modo subjuntivo, é perceptível o uso de modelos de frases que contenham o advérbio de dúvida *talvez*. Isso se deve por ser mais fácil, por parte dos gramáticos, na elaboração de exemplos, indicar o uso do modo por meio do advérbio de dúvida, facilitando, assim, a sua compreensão. Com isso, também é visto que o verbo, no modo subjuntivo, posposto ao advérbio de dúvida, é um fator determinante na produção de situações que indicam incerteza. Conforme podemos ver na seguinte citação: “a obediência à restrição da posição é algo constante e corrente: o subjuntivo é permitido quando posposto ao advérbio e o indicativo, quando anteposto” (PINPÃO, 1999, p.16).

A *Gramática Normativa da Língua Portuguesa*, de Carlos Henrique da Rocha Lima, introduz a noção de modo da seguinte forma: “O MODO caracteriza as diversas maneiras sob as quais a pessoa que fala encara a significação contida no verbo; distinguem-se três modos: *indicativo, subjuntivo e imperativo*” (2011, p.168). E prossegue, apresentando os tempos que possui o subjuntivo: “No modo subjuntivo, só há três tempos simples: Presente (louve); Pretérito (louvasse); Futuro (louvar)” (2011, p.169).

Nos tipos de orações subordinadas, Rocha Lima menciona o modo subjuntivo presente nas orações concessivas (ou de oposição):

Concessivas (ou de Oposição)

A oração concessiva expressa um fato — real, ou suposto — que poderia opor-se à realização de outro fato principal, porém não frustrará o cumprimento deste.

Com efeito, num período como: Irei vê-la, / ainda que chova. —, entende-se que a hipótese apresentada na segunda oração (ainda que chova) não impedirá o propósito manifestado na oração precedente (Irei vê-la) — embora pudesse constituir obstáculo à sua consumação (ROCHA LIMA, 2011, p.344).

A partir disso, o gramático menciona que as orações concessivas podem representar-se por meio de oração desenvolvida, ou de oração reduzida. A oração desenvolvida apresentará sempre conjunção, sendo que a conjunção solicita, igualmente sempre, um verbo no subjuntivo:

a) Por uma das conjunções *ainda que, ainda quando, apesar de que, conquanto, embora, mesmo que, se bem que, sem que* — sempre com verbo no subjuntivo:
Ainda que eu vivesse mil anos, / jamais esqueceria aquela mágoa.

Embora se esforce muito, / não progride na vida.

Não progride na vida, / *se bem que* se esforce muito.

Como se vê, a oração concessiva pode colocar-se antes ou depois da principal. A anteposição parece que lhe dá maior relevo, e permite o uso, na oração principal, de uma palavra ou expressão que realce o contraste de ideias, tais como: *ainda assim, mesmo assim, contudo, entretanto, sempre, todavia* e outras:

Embora se esforce muito, (*ainda assim, mesmo assim, entretanto*) não progride na vida.

Posto que se tivesse rebelado contra o comandante, / (*sempre, todavia*) acabou por acatar-lhe as ordens.

Sem que seja estudante excelente, / faz-se (*contudo*) respeitar de mestres e colegas. A conjunção *que*, empregada como concessiva, oferece, na linguagem moderna, a particularidade de não iniciar a oração em que figura, a qual começará, então, por um predicativo, ou complemento:

Poderosos *que* sejam, / não me curvarei à vontade deles.

Mil anos *que* eu vivesse, / jamais esqueceria aquela mágoa.

b) Por uma das locuções *por mais... que, por muito... que, por pouco... que, etc.; ou simplesmente por... que*.

Por mais forte que ela seja, / não resistirá a dor tamanha!

Por muito depressa *que* andes, / dificilmente o alcançarás.

Por verdadeiras *que* sejam tuas palavras, / ninguém acreditará nelas.

Estas mesmas locuções — sem interposição de adjetivos, ou advérbios — modificam diretamente o verbo que vem depois:

Por mais que argumentes com talento, / o júri recusará tuas razões.

Por pouco que ajudes, / sempre será precioso o teu auxílio. (ROCHA LIMA, 2011, pp.344,345)

Rocha Lima menciona, também, o uso do verbo no modo subjuntivo nas orações condicionais (e hipotéticas).

Condicionais (e Hipotéticas)

A oração condicional apresenta a circunstância de que depende a realização do fato contido na principal.

Nas mais comuns de suas formas, tais orações podem expressar:

a) *Um fato de realização impossível* (hipótese irrealizável):

Se eu tivesse vinte anos, / casar-me-ia com você.

b) *Um fato cuja realização é possível, provável, ou desejável*:

Se eu algum dia ficar rico, / não me esquecerei de meus amigos.

c) *Desejo, esperança, pesar* (geralmente em frase exclamativa e reticenciosa, em que a oração principal, quase sempre subentendida, traduz um complexo de situações mais ou menos indefinível ou não claramente mentado):

Ah! — *se* eu soubesse!...

Se ele deixasse!...

Se a gente não envelhecesse!...

A conjunção condicional característica é *se*, que requer o verbo no subjuntivo (pretérito imperfeito, pretérito mais-que-perfeito, futuro); mas é lícito trazê-lo no indicativo, quando denota fato real, ou admitido como real, em contradição com outro acontecimento:

Como queres progredir, / *se* não te esforças no trabalho?

Ainda sob a forma DESENVOLVIDA, a oração condicional pode ser encetada pelas conjunções *caso, contanto que, dado que, desde que, sem que, uma vez que, a menos que*: *Caso* desapareça a causa, / cessará o efeito.

Dado que desapareça a causa, / cessará o efeito.

Desde que desapareça a causa, / cessará o efeito.

Uma vez *que* desapareça a causa, / cessará o efeito.

[...]

Para comunicar à construção maior leveza, pode-se prescindir de conjunção — caso em que a oração condicional costuma anteceder a condicionante e ter o verbo antes do sujeito: Não *estivesse eu* ausente do Rio, / teria comparecido ao seu casamento. (ROCHA LIMA, 2011, pp.346,347)

E também pontua o uso do subjuntivo nas orações finais:

Finais

De forma DESENVOLVIDA, trazem no rosto uma das conjunções *para que*, *a fim de que* e *que* (com o sentido de *para que*), e verbo no subjuntivo:

Simulou doença, / *para que* o deixassem sair.

Trabalha muito, / a fim de *que* nada falte à família.

Insisto / *que* me digas a verdade.

Menos usual é a conjunção porque (= para que):

Porque venças esse teu orgulho, / é preciso muita humildade.

Como REDUZIDA, vai para o infinitivo precedido de *para*, *a fim de* e *por*. (ROCHA LIMA, 2011, p.352)

Rocha Lima, dessa forma, trabalha como modo subjuntivo, com suas características e com seus usos nas orações subordinadas de modo direto e objetivo. Para comprovação de suas afirmações, utiliza exemplos, por meio de fragmentos (boa parte são retirados de textos literários) que contemplam com propriedade as formas usuais do modo que indica dúvida, incerteza e eventualidade.

O gramático Otelo Reis, em seu *Breviário da conjugação de verbos*, conceitua o subjuntivo como o modo verbal utilizado em orações subordinadas e, ainda, exemplifica com frases: “(Peço-lhe) *que* venha / (Mandei) *que* me avisassem / (Falaria) logo *que* ela chegasse” (REIS, 1978, p.04). Também apresenta os tipos de orações nos quais o subjuntivo é utilizado:

Usa-se de formas iguais às do subjuntivo em orações principais e em orações coordenadas, mas então não se trata propriamente de Subjuntivo: são formas de optativo. Ex: *Faça-se luz!* - *Queixássemos – nos nós (e não sei o que sucederia.) - Viva o Brasil!* O pronome pessoal do caso reto, ou sujeito, vem então, as mais das vezes, claro. (REIS, 1978, p.04)

Reis também organiza, em seu breviário, os tempos simples do subjuntivo, tais como o ‘presente’, o ‘imperfecto’ e o ‘futuro’; e as formas compostas: o ‘perfeito’, o ‘mais-que-perfeito’ e o ‘futuro’. O autor delimita, no tópico “Tempos do Subjuntivo”, que o ‘pretérito perfeito’ origina-se do ‘presente do subjuntivo’ do auxiliar com o ‘particípio’ do verbo que deseja conjugar, exemplificando com as frases: *tenha amado* / *haja amado*.

Já o ‘pretérito mais-que-perfeito’ possui “duas formas para cada auxiliar, obtendo-se com o ‘imperfecto do subjuntivo’ do auxiliar mais ‘particípio’ do verbo que se está conjugando” (REIS, 1987, p.22). Reis apresenta exemplos desse caso com frases: *tivesse amado / tivera amado / houvesse amado / houvera amado*. E o tempo ‘futuro composto’ “forma-se do futuro simples do subjuntivo do auxiliar com o particípio do verbo que se está conjugando” (REIS, 1987, p.22); exemplos desse caso: *tiver amado / houver amado*.

O gramático Celso Pedro Luft, em sua obra intitulada *Moderna gramática Brasileira*, define o subjuntivo da seguinte forma: “subjuntivo – participa afetivamente da ideia verbal, desejando-a, supondo-a, ou a considerando duvidosa; é o modo da irrealidade, da hipótese, da dúvida” (2002, p. 171).

Luft menciona objetivamente os modos verbais tal como o indicativo, que significa indicar algo; o modo subjuntivo, como o próprio nome induz, subordina o modo de orações, principalmente às subordinadas; o imperativo, de imperar, ordenar/mandar. Observamos que Luft fundamenta e conceitua os modos verbais, relacionando-os com as particularidades da alma: “inteligência – indicativo; vontade – imperativo; sensibilidade – subjuntivo” (LUFT, 2002, p.171).

O gramático Cipro Neto conceitua o modo subjuntivo como a expressão de teores emocionais, ou seja, o desejo, a dúvida, a incerteza; expressando eventos/processos de quem fala/escreve. E ainda dá exemplos dessa subjetividade do falante: *Talvez faça calor neste verão / Se fizesse calor nestes dias, a safra estaria perdida* (1998, p.188).

O gramático também expõe, em tópicos, os tempos do subjuntivo: o ‘presente do subjuntivo’, que expressa processos incertos e em alguns contextos ligados ao desejo e/ou presunção; o ‘pretérito imperfecto’, que,

Expressa processos de limites imprecisos, anteriores ao momento em que se fala ou escreve; Pretérito perfeito: Só ocorre na forma composta e expressa processos tidos como concluídos no momento em que se fala ou escreve; Pretérito mais-que-perfeito: também só ocorre na forma composta. Expressa um processo anterior a outro processo passado; Futuro: Na forma simples, indica fatos possíveis, mas ainda não concretizados no momento em que se fala ou escreve. (CIPRO NETO, 1998, p.195)

Em seguida, Cipro Neto apresenta as formas nominais do verbo (Particípio, Infinitivo e Gerúndio) e sugere atividades de fixação dos conceitos/conteúdos apresentados.

O gramático Bechara (2009), em sua *Moderna Gramática Portuguesa*, aborda o modo subjuntivo/conjuntivo, conceituando-o como uma “referência a fatos incertos: talvez cante, se

cantasse” (2009, p. 221). E também expõe várias ocorrências em que o modo subjuntivo aparece, e, momentos relacionados ao uso do subjuntivo e indicativo:

Subjuntivo – O modo subjuntivo ocorre normalmente nas orações independentes optativas, nas imperativas negativas e afirmativas (nestas últimas com exceção da 2.^a pessoa do singular e plural), nas dubitativas com o advérbio *talvez* e nas subordinadas em que o fato é considerado como incerto, duvidoso ou impossível de se realizar:

“Bons ventos o *levem*.”

“Não *emprestes*, não *disputes*, não *maldigas* e não terás de arrepender-te” [MM].

“Não *desenganemos* os tolos se não queremos ter inumeráveis inimigos” [MM].

“*Louvemos* a quem nos louva para abonarmos o seu testemunho” [MM].

“Talvez a estas horas *desejem* dizer-te *pecavi*! Talvez *chorem* com lágrimas de sangue” [AH.5, I, 58].

“Faltam-nos memórias e documentos coevos em que *possamos* estribar-nos para relatar tais sucessos” [AH.6, I, 451].(BECHARA, 2009, p. 280)

Bechara ainda pontua observações sobre o presente do indicativo, pois o modo apresenta com maior clareza a ideia de certeza quando posposto ao advérbio *talvez*. O autor exemplifica na seguinte frase: “Magistrado ou guerreiro de justo ou generoso se gaba: – e as turbas talvez o *aplaudem* e celebram seu nome” (2009, p. 281). E prossegue, apontando nas orações subordinadas substantivas casos em que ocorre o uso do modo subjuntivo.

Nas orações subordinadas substantivas, ocorre o subjuntivo nos seguintes principais casos:

a) depois de expressões (verbos, nomes ou locuções equivalentes) que denotam ordem, vontade, consentimento, aprovação, proibição, receio, admiração, surpresa, contentamento:

“Prouvera a Deus, venerável Crimilde – tornou o quingentário – que nos *fosse* lícito desamparar estes muros” [AH. 1,146].

“Proibi-te que o *revelasses*” [AH. 5, I, 294].

Espero que estudes e que sejas feliz.

b) depois de expressões (verbos ou locuções formadas por ser, estar, ficar + substantivo ou adjetivo) que denotam desejo, probabilidade, vulgaridade, justiça, necessidade, utilidade:

Cumpra que venhas cedo.

Convém que não nos demoremos.

É bom que compreenda logo o problema.

c) depois dos verbos *duvidar*, *suspeitar*, *desconfiar* e nomes cognatos (dúvida, duvidoso, suspeita, desconfiança, etc.) quando empregados afirmativamente, isto é, quando se trata de dúvida, suspeita ou desconfiança reais:

“... me vinham à mente suspeitas de que ela *fosse* um anjo transviado do céu...” [AH.5, II, 321].

“A luz... que *suspeitávamos* *procedesse* de lâmpada esquecida por sonolento moço de reposte...” [AH.5, 333].

Se o falante tem a suspeita como coisa certa, ou nela acredita, o normal é aparecer o indicativo:

“Suspeitava-se que era a alma da velha Brites que *andava* alipenada” [AH.5, 364]. (BECHARA, 2009, p. 281)

Também postula ocorrências/ usos do modo subjuntivo nas orações adjetivas, quando expressa um fim, uma consequência, uma conjectura e não uma realidade, e após um predicado negativo ou com sentido negativo:

Usa-se o subjuntivo nas orações adjetivas que exprimem:

a) fim:

“Ando à cata de um criado que *seja* econômico e fiel” [RB].

b) consequência (o relativo vem precedido de preposição, geralmente, *com*):

“Daqui levarás tudo tão sobejo Com que *faças* (= que com isso) o fim a teu desejo” [LC.1, II, 4].

c) uma conjectura e não uma realidade:

Compare-se:

O cidadão que *ama* sua pátria engrandece-a. (realidade)

O cidadão que *ame* sua pátria engrandece-a. (conjectura)

d) depois de um predicado negativo, ou de uma interrogação de sentido negativo quando enunciam uma qualidade que determine e restrinja a ideia expressa por esse predicado ou interrogação:

“Não há homem algum que *possa* gabar-se de ser completamente feliz.

Quem há aí que *seja* completamente feliz?” [RV.1, 274-5] (BECHARA, 2009, pp. 281,282)

Já em relação ao uso do modo subjuntivo nas orações adverbiais, Bechara (2009) explica da seguinte forma:

a) nas causais de não *porque*, *não* (ou *nem*), quando se quer dizer que a razão aludida não é verdadeira:

“Deitei-me ontem mais cedo, não porque *tivesse* sono, mas porque precisava de me levantar hoje de madrugada” [RV.1, 274].

b) nas concessivas de *ainda que*, *embora*, *conquanto*, *posto que*, *se bem que*, *por muito que*, *por pouco que* (e semelhantes), não havendo, entretanto, completo rigor a respeito:

“Ainda que *perdoemos* aos maus, a ordem moral não lhes perdoa, e castiga a nossa indulgência” [MM].

“Por mais sagaz que *seja* o nosso amor próprio, a lisonja quase sempre o engana” [MM].

Entram neste rol as alternativas de sentido concessivo (ou... ou, quer... quer) e as concessivas justapostas do tipo de *fosse ele o culpado*, *ainda assim lhe perdoaria*.

c) nas condições de *se*, *contanto que*, *sem que*, *a não ser que*, *suposto que*, *caso*, *dado que*, para exprimir hipótese, e não uma realidade. Entra ainda neste grupo a comparativa hipotética como se:

“Se as viagens simplesmente *instruíssem* os homens, os marinheiros seriam os mais instruídos” [MM].

“E moviam os lábios, como se *tentassem* falar” [AH.1, 26].

Se se tratar de coisa real ou tida como tal, geralmente aparece o indicativo:

“Não há momento que perder, se queremos salvar-nos” [AH.1, 253].

d) nas consecutivas quando se exprime uma simples concepção e não um fato real:

“Devemos regular a nossa vida de modo que *possamos* esperar e não recear depois de nossa morte” [MM].

“Não subais tão alto que a queda *seja* mortal” [MM].

e) nas finais:

“Os maus são exaltados para serem felizes, para que *caiam* do mais alto e *sejam* esmagados” [MM].

f) nas temporais de *antes que*, *assim que*, *até que*, *enquanto*, *depois que*, *logo que*, quando ocorrem nas negações ou nas indicações de simples concepção, e não uma realidade (caso em que aparece o indicativo):

“Cumprirei o que ordenas, porque jurei obedecer-te cegamente enquanto não *salvássemos* a irmã de Pelágio” [AH.1,215].(BECHARA, 2009, pp. 282,283)

Aponta, ainda, alguns casos particulares relacionados às orações substantivas, introduzidas, definidas e indefinidas.

Casos particulares:

1) A oração substantiva que completa a exclamação de surpresa *quem diria* constrói-se com indicativo ou subjuntivo:

Quem diria que ele *era* capaz disso.

Quem diria que ele *fosse* capaz disso.

2) Com os indefinidos do tipo *o que quer que* é mais comum o emprego do subjuntivo:

Saiu com o que quer que *fosse*.

Alexandre Herculano vacilou entre o emprego de *fosse* (ed. de 1876) e *era* (ed. de 1864) no seguinte passo:

“Com um olhar de simpatia e compaixão, misturada do que quer que *era* de admiração e de terror involuntário” [AH.1,265 ed. 1864].

3) Também têm o verbo no subjuntivo as orações introduzidas por *que*, quando restringem a generalidade de um asserto:

“Não há, que eu *saiba*, expressão mais suave” [ED.1, 128].(BECHARA, 2009, p.283)

Indica, também, alguns erros frequentes nos usos dos verbos em um tópico; um desses casos é o uso do verbo ‘vir’ e de seus derivados:

Erros frequentes na conjugação de alguns verbos

a) Vir e seus derivados. No presente do indicativo temos: venho, vens, vem, vimos (e não viemos), vindes, vêm.

No pretérito perfeito do indicativo: vim, vieste, veio, viemos, viestes, vieram.

O gerúndio é igual ao particípio, porque neste desapareceu a vogal temática: vindo (vi-ndo) e vindo (vin-i-do).

Notem-se estes enganos comuns nos derivados de vir, no pret. perf. ind.:

Os guardas *interviram* na discussão (em lugar de *intervieram*).

A professora *entreviu* no caso (em lugar de *entrevieio*).

O futuro do subjuntivo é *vier*: Quando eu *vier*... (e não *vir*):E, incapazes de negar a beleza (...) *assaltaram* a ave de Juno (...) *intervieram* para impor silêncio o leão e o tigre [JR.2,200].

O Senhor Araña y Araña *conveio* em que o panorama era magnificante (...) [JR.2, 189].

b) Ver e seus derivados

Prover não se conjuga como ver no:

pret. perf. ind.: provi, proveste, proveu, provemos, provestes, proveram

m.-q.-perf. ind.: provera, proveras, provera, provêramos, provêreis, proveram

imperf. subj.: provesse, provesses, provesse, provêssemos, provêsseis, provessem

fut. subj.: prover, proveres, prover, provermos, proverdes, proverem

particípio: provido

Rever é conjugado como ver; por isso está errada a flexão em:

A aluna *reveu* (em vez de *reviu*) a prova.

Antever é conjugado como ver e, por isso, enganou-se o nosso Casimiro de Abreu ao escrever:

‘Quem *antevera* (com e) que dum povo a ruína/Pelo seu próprio rei cavada fosse?’ [SS.4, 34].

O futuro do subjuntivo é *vir*:

Quando eu *vier* à cidade e *vir* oportunidade de comprá-lo, então o farei (e não *ver*!).

c) Precaver-se.

É verbo defectivo que nada tem com ver ou vir; por isso evite-se dizer

Eu me precavejo ou Eu me precavenho.

Precavejam-se ou Precavenham-se.

Para sua conjugação, veja-se Verbos defectivos e abundantes.

d) Reaver.

É verbo defectivo, derivado de haver, que só se conjuga nas formas em que este possui -v-.

Não se deve dizer: Eu reavejo ou Eu reavenho

Cuidado especial merece também o pret. perf.: reouve, reouveste, reouve, reouvemos, reouvestes, reouveram. No futuro do subjuntivo é *vier*: Quando eu *vier*... (e não *vir*). (BECHARA, 2009, pp.247,248,249)

Com isso, é visto que, além do conceito do subjuntivo, Bechara (2009) apresenta e sugere exemplos com as formas conjugais adequadas:

Que e locuções: **as chamadas locuções conjuntivas** – A oração transposta a substantivo pela conjunção *que*, de acordo com a função sintática que exerce em relação ao núcleo verbal da oração chamada “principal”, pode receber um índice funcional representado por uma preposição. *Se* exerce função de sujeito, objeto direto, predicativo, não precisará deste índice funcional:

Parece [*que vai chover*].

Esperamos [*que cheguem cedo*].

A verdade é [*que todos se saíram bem*].

Se a função é de complemento relativo ou de objeto indireto, ou complemento nominal, a conjunção *que* vem precedida da conveniente preposição:

Estavam precisando [*de que os ajudassem*].

Ela dedicava seu cuidado [*a que o filho tivesse boa educação*].

Eram poucas as esperanças [*de que tudo acabasse bem*].

Como todo substantivo transposto, a oração subordinada substantiva pode exercer a função de adjunto adverbial; neste caso, *o que* também terá a companhia de uma preposição adequada, que marcará a relação semântica da circunstância:

Tudo sairá bem [*desde que as providências sejam tomadas a tempo*].

[*Sem que estivesse tudo acertado*], não iria viajar.

Trabalhou afincadamente [*para que tivesse uma velhice tranquila*].

Ela só dizia tudo aquilo porque [= porque gostava da verdade].

Pelo que podemos observar, tais combinações de preposição e conjunção *que* não constituem outros tipos especiais de locuções; são, na realidade, o concurso de um *que*, transpositor de oração a um substantivo e de uma preposição que o acompanha como índice de sua função sintática em relação ao núcleo verbal, função, aliás, exercida pela oração inteira.

Nisto, o *que* conjunção difere do *que* pronome relativo, pois aqui a preposição é índice da função sintática que o relativo exerce na oração em que está inserido:

O homem *de que falavas* era pouco conhecido na cidade, em que o transpositor *que*, precedido de preposição, funciona como complemento relativo do núcleo verbal *falavas*, enquanto a oração transposta a adjetivo de que *falavas* funciona como adjunto adnominal do substantivo *homem*. (BECHARA, 2009, p.324)

Bechara (2009) menciona as conjunções e locuções conjuntivas: as causais, as comparativas (sendo que há três tipos de comparação quantitativa: igualdade, superioridade e inferioridade) e as concessivas.

Concessivas: quando a subordinada exprime que um obstáculo – real ou suposto – não impedirá ou modificará de modo algum a declaração da oração principal – ainda que, embora, posto que, se bem que, conquanto, etc.:

Embora chova, sairei.

Isto é, a chuva não será obstáculo tal, que me impedirá de sair.

“Ainda que perdoemos aos maus, a ordem moral não lhes perdoa, e castiga a nossa indulgência” [MM].(BECHARA, 2009, p.327)

No tópico “Particularidades das orações adverbiais”, o autor conceitua as concessivas intensivas que utilizam expressões *por mais... que, por menos...que, por muito... que*, nas quais pode ocorrer a eliminação do advérbio *mais, menos, muito*. Desse modo, prossegue com mais construções que expressam ideias concessivas:

Em vez de *ainda que, ainda quando*, pode-se empregar simplesmente *que e quando* em construções *que*, proferidas com tom de voz descendente e com verbo no subjuntivo, exprimem a ideia concessiva:

Os obstáculos, *que fossem muitos*, não tiravam aos rapazes a certeza da vitória.

E, *quando as palavras não o digam*, aí estão os fatos, para comprovar que só enunciei verdades.

Nestes casos, empregando *que*, dá-se preferência à inversão de termos, passando a iniciar a oração concessiva a expressão que funciona como predicativo, ou complemento do verbo:

Os rapazes, *pobres que sejam*, merecem a nossa consideração.

Aqueles livros, *díficeis que fossem*, sempre nos serviram para elucidação de muitas dúvidas.(BECHARA, 2009, p.497)

O gramático completa o tópico, apresentando os conteúdos de valor das orações subordinadas concessivas, utilizando-se dos seguintes exemplos: “*Quer estudes, quer não, aprenderás facilmente a lição; Ou estudemos medicina, ou sejamos advogados, conquistaremos na sociedade um lugar de relevo*”(BECHARA, 2009, p.408).

Bechara (2009) também conceitua as orações condicionais:

Conditivas (e *hipotéticas*): quando iniciam oração que em geral exprime:

a) uma condição necessária para que se realize ou se deixe de realizar o que se declara na oração principal;

b) um fato – real ou suposto – em contradição com o que se exprime na principal.

Este modo de dizer é frequente nas argumentações. As principais conjunções condicionais (e hipotéticas) são: *se, caso, sem que, uma vez que* (com o verbo no subjuntivo), *desde que*(com o verbo no subjuntivo), *dado que, contanto que, etc*:

“Se os homens *não tivessem* alguma coisa de loucos, seriam incapazes de heroísmo” [MM].

“Se as viagens simplesmente *instruíssem* os homens, os marinheiros seriam os mais instruídos” [MM].(BECHARA, 2009, p.327)

E, ainda, expõe algumas observações e casos relacionados às condicionais:

A oração condicional exprime um fato que não se realizou ou, com toda a certeza, não se realizará:

a) falando-se do presente:

Se eu fosse aplicado, obteria o prêmio.

b) falando-se do passado:

Se eu fosse aplicado, obteria o prêmio, ou *Se eu tivesse* sido aplicado, teria obtido o prêmio.

No primeiro caso, usam-se na oração condicional o pretérito imperfeito do subjuntivo (*fosse*), e, na principal, o futuro do pretérito (*teria*). No segundo caso, ou se repete o verbo nas formas apontadas para o caso anterior, ou usam-se na condicional o pretérito mais-que-perfeito (*tivesse sido*) e, na principal, o futuro do pretérito composto (*teria obtido*).

Pode ainda a oração condicional exprimir um fato cuja realização esperamos como provável:

Se eu estudar, obterei o prêmio.

Nestas circunstâncias, empregam-se o futuro do subjuntivo na condicional, e, na principal, o futuro do presente (*obterei*). (BECHARA, 2009, p.498)

Uma observação que o gramático pontua em relação ao caso ‘a’, citado acima, é que a linguagem coloquial ressalta a ideia do presente, usando, no presente do indicativo, os verbos das duas orações, que, no lugar de “*Se eu fosse* aplicado, *obteria* o prêmio”, é utilizado pelos falantes: *Se eu sou* aplicado, *obtenho* o prêmio. E descreve que as orações condicionais não exprimem somente condição, mas que podem definir ideias de hipótese, eventualidade, concessão e tempo. Bechara (2009) continua, conceituando sobre as orações subordinadas consecutivas e finais:

Consecutivas: quando a subordinada exprime o efeito ou consequência do fato expresso na principal. [...] Aquilo que se apresenta na oração consecutiva como efeito ou resultado pode representar uma consequência intencional, de modo que se associa ao conteúdo consecutivo uma noção subsidiária de finalidade. Neste caso o verbo se acha normalmente no subjuntivo:

Chegou cedo ao serviço *de maneira que pudesse* ser elogiado pelo patrão.

Correu *de sorte que os inimigos não o pudessem alcançar*. [...]

Finais: quando a oração subordinada indica a intenção, o objetivo, a finalidade do pensamento expresso na principal: *para que*, *a fim de*, *porque* (= para que), *que* (= para que):

Saíram *para que pudessem ver o incêndio*.

Reclamou *a fim de que o nomeassem*.

Trabalhou *porque fosse promovido*.

Falta pouco *que isto suceda*.

Abreviadamente usa-se de *não* + *subjuntivo* com o valor de *para que não*, *de modo que não*, quando se quer expressar a cautela, cuidado, restrição:

“Senhor, que estás nos céus, e vês as almas,

Que cuidam, que propõem, que determinam,

Alumia minha alma, *não se cegue*

No perigo, em que está” [AF.2, vv. 770-773 apud SS.1, § 485-a].

Observação: Os antigos, e hoje mais raramente, se serviam de *por se* em que *por* é o vestígio de uma ideia final: “Deixai-o amaldiçoar (lhes disse), *por se acaso* se compadece Deus, por essa causa, da minha aflição...” [MBe.2, III, 51 apud MBa.4,227].

Por se acaso compadece = *para ver se acaso* compadece. (BECHARA, 2005, pp.499, 500, 501)

No tópico “Orações justapostas de valor contextual adverbial”, Bechara (2009) expõe, no nível do texto, as seguintes interpretações nas orações concessivas, condicionais, temporais e finais:

a) concessivas: tendo o verbo no subjuntivo anteposto ao sujeito ou caracterizadas por expressões do tipo *digam o que quiserem, custe o que custar, dê onde der, seja o que for, aconteça o que acontecer, venha donde vier, seja como for*, etc.:

Tivesse ele dito a verdade, ainda assim não lhe perdoaríamos.

Sairemos, *aconteça o que acontecer*.

Não é o subjuntivo que por si denota a concessão, mas sim o contexto e a entoação descendente.

b) condicionais: tendo o verbo no tempo passado (mais-que-perfeito do indicativo ou imperfeito do subjuntivo) anteposto ao sujeito:

Tivesse eu dinheiro, conheceria o mundo.

Não *fora* a escuridão, veria o perigo.

“*Eu quisesse*, à força, hoje mesmo a Ritinha vinha comigo” [GR, 97].

Em tais casos, a segunda oração pode começar pela conjunção e:

Vencesse eu, e *não* me dariam o prêmio.

Vissem-na, e ninguém a reconheceria

c) temporais:

Há dias não o encontro.

Chegaram àquela cidade *havia pouco*.

Não lhe escrevia *fazia meses*.

d) finais:

“Cala-te já, minha filha, *ninguém te oiça mais falar*” [AGa.1, II, 83].

“Mudemos, porém, de tecla, *não vá* alguém julgar-me candidato a revisor de galhas” [CF *apud*MB.2, 321].(BECHARA, 2009, p. 507,508)

Bechara (2009) utiliza fragmentos de textos retirados de obras literárias e traz conceitos claros e objetivos que se constituem reflexos dos fatos da língua nos dias atuais.

Vejamos o que Cegalla (2008) pontua sobre o modo subjuntivo, em sua *Novíssima gramática da Língua Portuguesa*. Ele menciona que o modo subjuntivo “enuncia um fato possível, duvidoso, hipotético” (CEGALLA, 2008, p.195); e ainda explicita o que se segue: “É possível que *chova*. Se você *trabalhasse*, não passaria fome” (CEGALLA, 2008, p.195).Em seguida, Cegalla destaca tabelas que contêm conjugações do modo subjuntivo, para maior esclarecimento dos processos.

Pimentel (1998) opta por trabalhar com a apresentação de conceitos, e, em seguida, propõe um exercício afim fixá-los. Há, em seu manual, *Gramática pela prática*, uma divisão em tipos e características dos modos e tempos verbais. Os modos verbais, no tópico sete, são descritos da seguinte forma: iniciam primeiramente o conceito do que seja um modo verbal - “Indicam as diferentes maneiras de realizar-se um fato” (PIMENTEL, 1998, p.131), e retoma apresentando os tipos de modos da língua portuguesa, “MODO INDICATIVO: exprime **certeza**; MODO SUBJUNTIVO: exprime **possibilidade, dúvida, hipótese**; MODO IMPERATIVO: exprime **ordem, conselho, pedido**” (PIMENTEL, 1998, p.131).

Pimentel (1998) também compõe outro tópico, intitulado ‘tempos verbais’, em que apresenta os tempos de todos os modos, mas aqui ilustraremos apenas o do modo subjuntivo, por ser o nosso material de análise. Observa-se como o autor exemplifica os tempos do modo subjuntivo.

TABELA 1 - TEMPOS VERBAIS. FONTE: (PIMENTEL, 1998, p.132)

SUBJUNTIVO	PRESENTE		Ela quer que eu estude.
	PRETÉRITO	Perfeito	Ela supõe que eu tenha estudado.
		Imperfeito	Ela queria que eu estudasse.
		Mais-que-perfeito	Ele supôs que eu tivesse estudado.
	FUTURO	Simples	Aprenderei quando eu estudar.
		Composto	Aprenderei quando eu tiver estudado.

A seguir, este tópico é novamente proposto pelo autor, em forma de exercícios de fixação dos conteúdos. O gramático Carvalho (2007), em sua *Gramática superior da língua portuguesa*, apresenta o conceito do modo, conectando-o às três pessoas do discurso; classificando, ainda, o modo subjuntivo como observamos no fragmento retirado de sua gramática:

O modo é a expressão da atitude do falante diante do fato ou do processo verbal. Em princípio, os modos estão associados às três funções básicas das linguagens e, conseqüentemente, às três pessoas do discurso. O modo *subjuntivo* diz respeito à 1ª pessoa do discurso ou à função emotiva da linguagem na medida em que, originalmente, exprime incerteza, dúvida, probabilidade. (CARVALHO, 2007, p.309)

Ainda reitera, em relação ao uso do advérbio no funcionamento do subjuntivo e à interferência funcional, que este modo traz com o modo indicativo na atenuação de um pedido/ordem conjugado no modo imperativo:

O uso dos advérbios e de construções frasais adequados à expressão da dúvida, da incerteza ou da probabilidade acaba interferindo na expressão do subjuntivo: ‘Ele talvez saia/ ele sairá talvez/ não sei se sairá/ acho que ele vai sair’ etc. A atenuação de uma ordem com uma construção menos impositiva também contribui para a interferência do indicativo ou do subjuntivo na esfera funcional do imperativo: ‘Saia! / Gostaria que você saísse / Eu ficaria feliz se você saísse/ Poderia sair um instante?’ etc. (CARVALHO, 2007, p.310)

Já o gramático André (1997) define o subjuntivo da seguinte maneira:

O *Subjuntivo* exprime o fato possível hipotético ou duvidoso. Normalmente expressa fato dependente de outro fato, sendo por isso, característico de oração subordinada. Exs: Talvez *possas* participar. – Se *fosses* correto entenderias. – Espero que *vás* o quanto antes. (ANDRÉ, 1997, p.166)

E também apresenta suas características, como os tempos do subjuntivo. Eis um fragmento:

O *presente* traduz uma ação subordinada a outra, e que se desenvolve no momento atual; expressa dúvida possibilidade, suposição; pode ainda formar frases isoladas manifestando desejo (frases opinativas). (ANDRÉ, 1997, p.166)

André (1997, p.166) exemplifica com frases “Supões que sejam eles os prisioneiros?; Pode bem ser que o colega te passe a perna; Deixe de estudar e você verá; Seja feliz!; Deus te guie; Passe bem”. Também aborda o pretérito imperfeito: “diz uma ação passada, mas posterior e dependente de outra ação passada” (*idem*).

Com isso, expõe fragmentos que comprovam a presença do ‘pretérito imperfeito’ com observações para facilitar a compreensão do leitor: “O professor receou que eu *desistisse*; Eu esperei que ela *voltasse* (esperei: ação passada; *voltasse*: ação passada, mas posterior e dependente da primeira)” (*idem*); “Eu duvidava que ele *fizesse* a viagem (duidava: ação passada; *fizesse*: ação passada, mas posterior e dependente da primeira)”(ANDRÉ, 1997, p.166).

André (1997), ainda, expõe mais observações acerca do ‘pretérito imperfeito’, em que este tempo “expressa, frequentemente, condição (oração adverbial condicional), forma também, frases optativas” (ANDRÉ, 1997, p.166). E, por fim, conceitua o ‘futuro do subjuntivo’:

O *futuro* expressa ação vindoura – condicional, temporal ou conformativa – dependente de outra ação também futura. Exs: Quando se *esgotarem* todos os recursos, apelaremos ao presidente. – Se for preciso, nós te ajudaremos. – Faremos como julgarmos melhor.

Ainda faz observações da ocorrência do futuro nas orações adjetivas e traz exemplos para facilitar a compreensão: “Ex: Os alunos que *chegarem* atrasados serão punidos – As pessoas a quem ajudardes vos ajudarão também” (ANDRÉ, 1997, p.166).

Almeida (1990), em seu manual gramatical-normativo, intitulado *Português Básico*: para cursos superiores, conceitua o subjuntivo como o modo que apresenta fatos possíveis, hipotéticos ou duvidosos, e que o subjuntivo é característico das orações subordinadas. O

autor aponta exemplos com as seguintes frases: “Quero que você venha me visitar; Chegaria a tempo se andasse mais depressa; Quando voltarmos, avisaremos” (ALMEIDA, 1990, p.62). E apresenta os tempos que compõe o modo que denota incerteza:

“Presente (do subjuntivo): ação subordinada a outro que se desenvolve no momento atual e que exprime dúvida, possibilidade. Pode também aparecer em frases isoladas, manifestando desejo. Exemplos: Pode ser que ele **venha** ainda hoje; **Seja** feliz. [...] Pretérito imperfeito (do subjuntivo): a ação que apresenta é passada, mas depende da outra anterior a ela. Exemplo: Ele quis que você **saiße**.”(ALMEIDA, 1990, p.63)

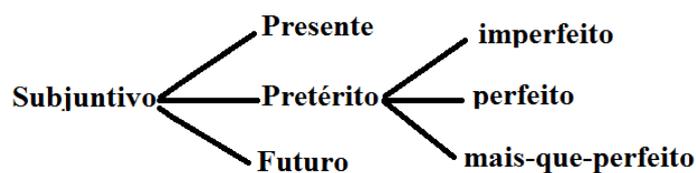
Nesse último exemplo, o termo *quisé* uma ação anterior e o termo *saiße* é uma ação posterior.

Futuro do presente (do subjuntivo): a ação que exprime é vinda e condicional, temporal ou conformativa, dependendo da outra também futura. Exemplo: Se vocês **precisarem**, nós os **ajudaremos**. (ALMEIDA, 1990, p.64)

Já na frase que exemplifica o tempo futuro do presente, o termo *precisarem* condiz com uma ação condicional futura, e o termo *ajudaremos* é a ação futura.

Nicola e Infante (1990), na *Gramática contemporânea da língua portuguesa*, conceituam o modo da seguinte forma: “A atitude, agora, é de incerteza, de dúvida; exprime uma condição, uma possibilidade. Essa atitude caracteriza o modo subjuntivo”(1990, p.108). E mencionam as características do verbo: “As flexões de modo, tempo e voz são características do verbo. A flexão de modo indica as diversas atitudes do falante em relação ao fato que enuncia” (1990, p.108). Explicam, também, sobre os tempos do modo subjuntivo como ilustrado abaixo:

Figura 1- Descrição dos tempos do subjuntivo.
FONTE: (NICOLA; INFANTE, 1990, p.109)



A seguir, Nicola e Infante (1990) mencionam os empregos mais comuns dos tempos no modo subjuntivo tais como, o ‘presente’, o ‘pretérito imperfeito’, o ‘pretérito perfeito’, o ‘mais-que-perfeito’ e o ‘futuro’:

- a) **Presente** – Emprega-se o presente do subjuntivo para mostrar:
- Um fato presente, mas duvidoso, incerto. “Talvez eles **estudem**... não sei”;
 - Um desejo, uma vontade: “Que eles **estudem**, este é o desejo dos pais e dos professores”;
- b) **Pretérito imperfeito** – Emprega-se o pretérito imperfeito do subjuntivo para indicar uma hipótese, uma condição: “Se eu **estudasse**, a história seria outra”, “Nós combinamos que se **chovesse** não haveria jogo”;
- c) **Pretérito perfeito** – Emprega-se o pretérito perfeito composto do subjuntivo para apontar um fato passado, mas incerto, hipotético, duvidoso (que são, afinal, as características do modo subjuntivo): “Que **tenha estudado** bastante é o que espero”
- d) **Pretérito mais-que-perfeito** – Emprega-se o pretérito mais-que-perfeito do subjuntivo para indicar um fato passado em relação a outro fato passado, sempre de acordo com as regras típicas do modo subjuntivo: ‘Se não **tivéssemos saído** da sala, teríamos terminado a prova tranquilamente’.
- e) **Futuro** – Emprega-se o futuro do subjuntivo para indicar um fato futuro do subjuntivo já concluído em relação a outro fato futuro: ‘Quando eu **voltar**, saberei o que fazer’. (NICOLA; INFANTE, 1990, pp.110,111)

Os autores do compêndio afirmam que o ‘presente do subjuntivo’ tem origem no ‘presente do indicativo’, pois se forma a partir do radical do ‘presente do indicativo’ “acrescido das desinências **-e, -es, -e, -emos, -eis, -em** para os verbos de primeira conjugação; aos verbos de segunda e da terceira conjugação acrescentam-se as desinências **-a, -as, -a, -amos, -ais, -am**” (NICOLA; INFANTE, 1990, p.118). No final do capítulo, em que aborda os modos verbais, há atividades no tópico intitulado “Exercícios e testes” que consistem em questões de vestibular para fixação dos conteúdos.

As gramáticas normativas (modelo padrão de uso da escrita formal) tratam o modo subjuntivo diretamente e de forma objetiva, conceituando e dando exemplos, por meio de fragmentos/frases para maior esclarecimento dos fatos da língua. Porém, não são acessíveis aos estudantes do ensino fundamental, pois não apresentam uma abordagem pedagógica, nem uma abordagem meramente normativa, isto é, com regras pontuais e simples, que pudessem servir de exemplo para um aprendizado que levasse a prática de escrita profícua.

3. O SUBJUNTIVO NAS GRAMÁTICAS PEDAGÓGICAS

As gramáticas pedagógicas buscam descrever a língua e também sua historicidade, como, por exemplo, a gramática de Castilho e Elias (2012), que, em toda a sua exposição teórica do português falado no Brasil, exemplifica, por meio de ilustrações e atividades, os fatos da língua, sem impor o certo e o errado; diferentemente dos tratados normativos. Isso ocorre em função dos materiais selecionados, tanto na modalidade oral quanto na escrita. Em referência ao texto escrito, os autores buscaram retirá-lo da *internet*, tanto por ser mais utilizado pelos usuários da língua portuguesa, quanto pela brevidade do conteúdo.

Castilho e Elias (2012), em sua *Nova gramática do português brasileiro*, definem os modos verbais da seguinte forma:

O *modus* evidencia de que ato de fala se trata: o dos ‘conteúdos que se realizam no mundo’ (indicativo), o das ‘situações imaginárias que não precisam corresponder ao que acontece ao mundo’ (subjuntivo) e o da ‘ordem’, bem diferente ‘da asserção e da suposição’ (imperativo). (CASTILHO, 2012, p.438)

Já na *Pequena gramática do português brasileiro*, Castilho e Elias (2012, p.178) definem o modo subjuntivo “como **um estado de coisas duvidoso, provável, irreal, não verdadeiro**”. E mencionam que o termo subjuntivo é sinônimo de subordinado, e que, a partir disso, com o tempo, o *subjuntivo* foi rotulado como um modo verbal e *subordinado* como um tipo de sentença. Já no tocante às orações subordinadas, Castilho e Elias (2012, p.357) pontuam, no tópico “Sentenças complexas subordinadas”, os tipos e características das orações. São três tipos de orações, sendo elas as seguintes: as substantivas, que funcionam como sujeito ou como complemento; as adjetivas, que cumprem o papel de adjunto adnominal; e as adverbiais, que funcionam como adjuntos adverbiais. Para facilitar a compreensão, os autores exemplificam com os seguintes fragmentos: “(a) Ela disse **que voltaria hoje**; (b) A carta **que chegou** trouxe boas notícias; (c) **Quando você voltar**, traga boas notícias”.

Nos tipos de orações subordinadas, tratam das condicionais que “vêm antes da sentença matriz” (CASTILHO; ELIAS, 2012, p. 375), e se caracterizam pela condicional real que “expressa um evento real, [...] para o mundo já sabido, e geralmente apresentam o esquema [se + indicativo/indicativo], como se vê em **Se eu estudo**, passo de ano. Observe: estudo=presente do indicativo”. As condicionais eventuais “remetem para o mundo do que é possível, e seu esquema habitual é [se + subjuntivo/indicativo] como se vê em **Se eu estudar**

passarei de ano. Observe: estudar = futuro do subjuntivo. E, as condicionais irrealis que “encerram uma afirmação falsa, contrária a realidade [se + subjuntivo/ forma em -ria]” (CASTILHO; ELIAS, 2012, p. 376),

As orações adverbiais finais “expressam a intenção, o objetivo, a finalidade do pensamento contido na sentença matriz” (CASTILHO; ELIAS, 2012, p. 376). Mencionam que as finais se constroem tanto no subjuntivo quanto no indicativo, como nos exemplos “(a) Vestiu-se bem para que todos notassem; (b) Vestiu-se bem a fim de que todos notassem”. E retomam que as finais são compostas pelas conjunções “**para que, a fim de que, para + infinitivo**”(CASTILHO; ELIAS, 2012, p. 376).

Já no que toca às concessivas, “estabelecem um contraste com a matriz, assumindo a estrutura *Embora p, q*. [...]. As concessivas se expressam no subjuntivo, que é o modo da subordinação”(CASTILHO; ELIAS, 2012, p. 377).

Os autores apresentam, ainda, em um tópico subsequente, mais características relacionadas à história, à semântica e à sintaxe, pautadas no subjuntivo:

Analogamente ao indicativo, a representação morfológica do subjuntivo se faz por meio de sufixos. Do ponto de vista sintático, o subjuntivo predomina nas sentenças subordinadas. Observe que *subjuntivo* e *subordinado* são termos sinônimos, pois remetem à ‘ordenação das sentenças numa posição de dependência’[...] semanticamente, o subjuntivo expressa um estado de coisas duvidoso. (CASTILHO, 2012, p.438)

Castilho e Elias (2012) mencionam, também, que o subjuntivo era conhecido como *conjuntivo*, e que, quando usado, vem precedido das conjunções “*desde que, embora, mesmo que, para que, etc.*” (CASTILHO, 2012, p.439). Porém, o indicativo também pode ser precedido de conjunções, e isso é considerado pelo gramático um problema. Com isso, passa-se, então, a empregar o termo subjuntivo, que ilustra com proficuidade as sentenças subordinadas.

Diante desses conceitos, os gramáticos lançam questões para reflexão do subjuntivo, quando esse modo muda/altera nas expressões de ordem, “estamos diante de expressões em variação?”(2012, p.439).O que Castilho e Elias (2012) propõem ao leitor é uma reflexão acerca desse tema tão obscuro nos compêndios gramaticais. E retomam, afirmando que questões como essa se transformam num tema que sociolinguistas variacionista procuram desvendar tanto na fala como na escrita.

A gramática de Maria Helena de Moura Neves (2000), *Gramática de usos do português*, também segue as ideias de Castilho (2012) no que se refere a uma gramática que

não imponha aos usuários da língua o modo ‘correto’ e ‘errado’ da fala e da escrita. Neves (2000) almeja fornecer uma gramática referencial do português em que descreve o uso real dos componentes da língua. Há uma orientação teórica definida, como a autora afirma, é um manual da língua prático que não se finca apenas em investigações e análises, mas também nas recomendações e propostas de usos.

A obra não tem o propósito de trazer ao público uma proposta de classificação. Dois pontos teóricos adotados por Neves (2000) contemplam a língua em uso são os que seguem: “a unidade maior de funcionamento é o texto” e, segundo, “os itens são multifuncionais” (2000, p.15). Ela utiliza o texto, diferenciando-se do uso de frases e orações descontextualizadas, usadas por gramáticas prescritivas, que implicam, segundo ela, no mau funcionamento das unidades da língua.

Para tanto, a autora pretende que no texto haja uma assimilação dos resultados por boa parte dos usuários da língua. Diante disso, o usuário/falante “nas diversas situações em que utiliza a linguagem, pode obter orientação sobre o uso eficiente dos recursos da língua” (NEVES, 2000, p.14); e, para professores e pesquisadores da língua, a autora indica esse manual como caminho em “suas explorações nos conhecimentos das investigações já efetuadas, evitando atuar no modo repetitivo e assegurado a seu trabalho a caráter de avanço e aprimoramento” (2000, p.14).

Já em relação ao princípio da multifuncionalidade, Neves (2000) busca apresentar os vários componentes da construção frasal, os quais possuem mais de uma forma de funcionamento. Com isso a investigação da multifuncionalidade se pauta:

a) a verificação do cumprimento de diferentes funções da linguagem (apesar de sua indissociabilidade e implicação mútua); b) a verificação do funcionamento dos itens segundo diferentes limites de unidade (desde o texto até os sintagmas menores que a oração). (NEVES, 2000, p.05)

Neves (2000) apresenta as características do subjuntivo por meio do uso de verbos, construções de excertos retirados de textos e também os identifica por meio dos aspectos verbais. “Os verbos **ter** e **haver**, construídos com **particípio**, formam tempos **compostos de passado**. (...) *Vamos dizer que a gente **TIVESSE ASSALTADO**, por engano, uma academia de caratê*” (NEVES, 2000, p.63).

No tópico 5.2, intitulado ‘O esquema modo-temporal nas **construções factuais**’, a autora organiza em tabelas os tempos verbais contidos nas construções factuais, mas, neste

trabalho, abordaremos somente os tempos relacionados no modo subjuntivo, como no tempo ‘*presente*’: os exemplos interpretados como ‘ocorrências’, pelo fato de serem originados de textos analisados pela autora, sendo um deles: “**Seja, SE é preciso! (PL)**” (NEVES, 2000,p.848). E no tópico seguinte apresenta como se dá as construções factuais:

As construções condicionais contrafactuais têm o verbo da subordinada geralmente no modo subjuntivo, e numa forma passada (pretérito imperfeito e pretérito mais-que-perfeito). Assim, só há contrafactual no passado, já que também o verbo da oração principal é sempre de passado, aí incluído o futuro do pretérito composto. Observe-se que a eventual ocorrência de um verbo no presente do indicativo na oração condicional, como em: *Se eu não chego a tempo, o senhor bebia todo o rio Paraíba.* (OSA) Não invalida essa afirmação, já que apenas a forma é de presente, mas o valor é de passado (=se eu não tivesse chegado). (NEVES, 2000, p.850)

Quanto às relações temporais, são esquemas possíveis na expressão de condicionalidade contrafactual:

C: PRET. IMPERF. SUBJ. Ocorrências **SE** eu não **cuidasse** de mim, hoje estava na rua da amargura. (AB)

Mas **SE** cafezinho embriagasse, Panta, você viva aos tombos. (AM)

- Inglês ou alemão? – Inglês, com muita honra – Por que o senhor diz ‘com muita honra’? **SE** fosse alemão, a honra era menor, ou nenhuma? (BOC)

C:PRET. IMPERF. SUBJUNT. Ocorrências: **SE** eu não tivesse meu filho, já tinha feito um monte de besteiras (AB); **SE** eu soubesse não tinha dito nada (RE) **SE** eu fosse ele tinha ido também para o serviço de Aparício. (CA)

C: PRET. IMPERF. SUBJ. Ocorrências: Seria tão bom **SE** fosse isso! (A); **SE** fosse outro, tomaria o destino de um bar, de um dancing, de uma noite (A); Vocês acham que eu poderia dizer isso **SE** não estivesse autorizado por ele? (TF)

C: PRET. IMPERF. SUBJ. Ocorrências: **SE** eu não segurasse as pontas isto aqui já teria acabado há muito tempo! (RE); **SE** sua mãe não fosse louca, tudo teria sido muito simples. (CP); Apenas tudo teria sido muito melhor **SE** ele a recebesse mesmo sem dizer nada (CP)

C: PRET. MAIS-QUE-PERFEITO SUBJ. COMP. Ocorrências: **SE** o senhor não tivesse benzido o bichinho, a essas horas ele ainda estava vivo. (AB); **SE** tivesse aparecido algum tatu por aqui estas formigas já estavam sem casa. (GT); **SE** tivessem me ouvido, nada disso acontecia (AS)

C: PRET. MAIS-QUE-PERFEITO DO SUBJ. Ocorrências: **SE** você tivesse nascido no mesmo dia 22 de Março, mas às 18 horas, o seu ascendente ficaria assim. (AST)

Contrafactuais

Imperfeito do subjuntivo: [...]Também com um nome desses... Ainda **SE** fosse Operação Falcão... (MD)

Se a oração condicional é interrogativa (precedida por um coordenador como é, ou mas), a modalidade de condição sugerida é a eventual, mesmo que a forma verbal seja do imperfeito do subjuntivo. E **SE** o gigante descobre? (PEM)

O valor contrafactual favorece a construção de condicionais optativas:

Ah, **SE** fosse sempre assim! (FEL)

Ai, **SE** eu fosse solteiro (IC)

A correspondência pode ser assim explicitada:

(AFIRMATIVA) **SE** ao menos eu não fosse solteiro = (NEGATIVA) não sou solteiro;

(NEGATIVA) SE ao menos eu não fosse doente = (AFIRMATIVA) eu sou doente.
 Outra expressão favorecida pela contrafactualidade é a comparativa:
 Delegado:- Da próxima vez eles desistem antes de começar!
 Policial: - COMO SE fosse a primeira vez... (AS). (NEVES, 2000, pp. 850,851,852,853, 854,855,856)

Já Perini (2010), na sua *Gramática do português brasileiro*, menciona o subjuntivo como o modo que, tradicionalmente, recebe três tipos de significados: persuasão, incerteza, e emoção; e, ainda, pontua que o conceito apresentado possui certa vagueza, mas que pode nos dar um ponto de partida na introdução sobre que é o subjuntivo.

Perini (2010) prossegue investigando mais sobre os três tipos de significados mencionados, todos eles divididos em tópicos. O primeiro é o tópico “Subjuntivo da persuasão”, em que o autor menciona o conceito dado por Bull (1965):

Qualquer propósito, intenção ou desejo por parte do Agente de um verbo ou nominal da oração principal de influenciar o comportamento do sujeito do verbo subordinado acarreta o uso do subjuntivo [ou do infinitivo]. Ou seja, nessas situações nunca se usa o indicativo. O termo Agente é usado aqui de maneira muito pouco rigorosa; por exemplo, o sujeito de *querer* não é um Agente, mas desencadeia a regra. Esse aspecto da regra de Bull é ainda apenas uma aproximação. (PERINI, 2010, p. 197)

Pondo essa regra na prática, por meio de exemplos retirados das frases: “[14] A Marina *sabia* que a Mônica almoçava às 12 horas” e “[15] A Marina *queria* que a Mônica almoçasse às 12 horas”, citados por Perini (2010); temos, como resultado, que a primeira frase traduz algo que Marina sabe, sendo que esse saber é observado na subordinada com o modo indicativo. Já a segunda frase apresenta o anseio de Marina de influenciar a atitude/comportamento de Mônica, e por isso se usa o subjuntivo.

A regra se aplica a verbos em orações subordinadas a verbos principais, como: “*aconselhar, adorar, conseguir, deixar, desejar, detestar, exigir, gostar, insistir, mandar, obrigar, odiar, pedir, permitir, precisar, proibir, querer*, dentre outros semanticamente semelhantes” (PERINI, 2010, p. 197), que exprimem propósito, ou seja, a intenção ou desejo do ‘Agente’, por meio de um verbo nominal da oração principal; com isso, acaba por influenciar o comportamento do sujeito de um verbo subordinado.

No tópico seguinte, “Subjuntivo de incerteza”, o autor apresenta a seguinte regra: “Quando o verbo ou nominal principal expressa incerteza, dúvida ou negação por parte do Agente da oração principal a respeito dos eventos descritos na subordinada, esta deve ter o

verbo no subjuntivo” (PERINI, 2010, p.198).E continua, com exemplos, de como funciona a regra:

- [22] É possível que Elvis esteja vivo. (incerteza);
- [23] Os estudantes duvidam que o professor conheça a matéria. (dúvida);
- [24] O acusado negou que possuísse uma arma (negação);
- [25] A possibilidade de que Elvis esteja vivo foi mencionada nos debates. (incerteza). (PERINI, 2010, p.198)

Perini (2010) descreve que a incerteza, dúvida ou negação, citadas na regra, são atribuídas ao Agente da oração principal, e não ao falante. Ele apresenta, ainda, em sua gramática, as formas nominais que expressam falsidade pelo fato de expressarem negação de verdade; assim, solicitam o subjuntivo na subordinada, como nos exemplos citados pelo autor: “[26] É falso que o presidente pretenda se reeleger; [27] Era mentira que a casa estivesse pegando fogo” (PERINI, 2010, p.199).

O autor informa que essa regra não é confiável da mesma forma que a norma do subjuntivo de persuasão, pois admite ressalvas: “alguns verbos como *suspeitar*, *desconfiar*, *pensar*, que pertencem à mesma categoria semântica que *duvidar*, são geralmente construídos com o modo indicativo”, ao que o autor exemplifica com a seguinte frase “A Carla suspeita que o vizinho é um espião [também: seja um espião]” (PERINI, 2010, p.199). No terceiro tópico, “Subjuntivo de emoção”, Perini (2010) expõe a seguinte regra:

Quando o verbo ou o nominal principal expressa uma emoção do Agente, a subordinada deve ficar no subjuntivo. A emoção pode ser medo, tristeza, alegria etc.: [31] O povo teme que aí venha outro pacote econômico; [32] Eu lamento muito que a escola esteja fechada; [33] Foi ótimo que chovesse ontem; [34] O medo de que estourasse uma guerra... (PERINI, 2010, p.199)

Já no tópico seguinte, “O modo nas orações factuais”, o gramático pedagógico faz uma observação importante sobre o conceito dado pelas gramáticas prescritivo-normativas, de que o indicativo é o modo usado na expressão de acontecimentos/fatos, e de que o modo subjuntivo também carrega esse significado, pois os modos se complementam.

Perini (2012) menciona que será necessário, para descrever essa interação, uma oposição semântica, ou seja, entre pressuposição (a crença de que algo é verdadeiro) e a asserção (algo que não é verdadeiro, mas pressuposto). Eis os exemplos: “[35] É evidente que ele está bêbado; [36] É uma pena que ele esteja bêbado.”(PERINI, 2010, p.199).

Observa-se que, nas duas frases, é possível perceber que ele está, de fato, bêbado; sendo que a primeira frase está com o verbo no indicativo (está) e a segunda frase com o verbo no subjuntivo (esteja). Isso se deve em razão de que a factualidade da oração subordinada é apresentada variavelmente nas duas frases.

Perini explica da seguinte forma:

Em [35] o nominal *evidente* tem como função semântica principal **asserir** (fazer uma asserção sobre) a crença do falante de que o que se segue é verdadeiro. Já em [36] o nominal *pena* não tem nada a ver diretamente com a asserção da verdade; em vez disso, asserir que o que se segue é uma coisa lamentável – essa é a opinião do falante. Agora, ao ouvir [36] o receptor infere que a subordinada também deve ser verdadeira porque é improvável que o falante teça comentários sobre um evento sem acreditar que ele seja verdadeiro. Dizemos então que o conteúdo da oração subordinada é **asserido** em [35], e **pressuposto** em [36]. (PERINI, 2010, p.200)

Essa distinção feita pelo gramático é essencial para expor o uso dos dois modos em frases factuais. Em outro tópico, “Resumindo: Orações subordinadas” Perini (2010) faz uma síntese, descrevendo os cinco tipos de orações subordinadas; sendo elas: com verbo no infinitivo (sem conjunção): “[11] Eu estou arrumando a mala pra viajar com a turma”; com verbo no gerúndio (sem conjunção): “[12] O cavalo passou correndo”; com conjunção e verbo no subjuntivo: “[13] O pai lamentou que ela estivesse desempregada”; com conjunção e verbo no indicativo: “[19] A Beth disse que ele adoeceu”; “[20] O gato pulou quando o telhado caiu.” (PERINI, 2010, pp.169-170).

No tópico, “O subjuntivo no PB”, Perini (2010) menciona que as descrições apresentadas anteriormente não valem para todas as variedades do português brasileiro. No entanto, cita uma observação que represente essa indicação da variação regional, como, por exemplo, no Nordeste; em que seus usos são mais próximos dos usos da língua escrita e mais conservadoras. Em comparação, nos falantes das regiões do Sul e Sudeste, verifica-se uma tendência no maior uso do indicativo e uma diminuição no uso do subjuntivo, que, muitas vezes, até é substituído pelo infinitivo.

Assim, Perini (2010) exemplifica que, nessas regiões, é preferível dizer [44] em vez de [43]: “[43] Eu fiz o café para que ele ficasse mais tempo na cama”; “[44] Eu fiz o café para ela ficar mais tempo na cama”. E preferível [46] a [45] – pois, é mais usual na região Nordeste: “[45] Você quer que eu vá lá?”; “[46] Você quer que eu vou lá?” (PERINI, 2010, p.207).

É importante ressaltar que o gramático deixa claro que esse processo se refere ao ‘presente’ do modo subjuntivo, mas não ao ‘futuro’ e ao ‘imperfeito’, que, de acordo com

suas análises, continuam em uso corrente, em todas as regiões que estão inseridas no dialeto urbano. É um estudo breve, que o próprio autor limita somente a pequenas observações introdutórias.

Perini (1999), já em outro compêndio de sua autoria, intitulado *Gramática descritiva do português*, na terceira parte intitulada “Semântica: preliminares”, conceitua o subjuntivo como o modo que exprime uma atitude de incerteza, dúvida ou desejo, frente ao conteúdo do enunciado.

Perini (1999) apresenta, ainda, o fato de o modo subjuntivo fazer oposição ao modo indicativo: esses modos são conduzidos “por traços semanticamente não motivados dos verbos (e de alguns outros itens, como *talvez*), sendo que os casos em que se pode ver um efeito semântico imputável ao modo são excepcionais e tendem a desaparecer na língua moderna” (PERINI, 1999, p.257).

Com isso, o autor menciona que o subjuntivo aparece especialmente em orações subordinadas. E essa oposição entre certeza e incerteza não esclarece uma função principal na delimitação dos fatos do modo indicativo e subjuntivo. O autor descreve por meio de exemplos: “(38) Desconfio que Selma fuma cachimbo; (39) Admito que Selma fume cachimbo” (PERINI, 1999, p.258). É perceptível que as duas frases expressam uma certeza condicionada; Perini (1999) descreve que a segunda expressa mais a incerteza do que a primeira, sendo que uma está no indicativo e a outra no subjuntivo. E aponta mais exemplos: “(40) Tenho certeza que Selma fuma cachimbo; (41) É trágico que Selma fume cachimbo” (PERINI, 1999, p.258).

Nesses dois exemplos, a posição do falante é de certeza em relação à Selma fumar cachimbo. Na primeira frase, tem-se a afirmação de certeza; na segunda, é pressuposta, mas presente nas duas frases. Observa-se que há uma subordinada no indicativo e a outra subordinada no subjuntivo, sendo assim, qualquer, dos dois modos podem expressar uma atitude de falta de certeza, como, no exemplo a seguir: “(42) Eu sonhei que Selma fumava cachimbo; (43) Eu duvido que Selma fume cachimbo” (PERINI, 1999, p.258).

Perini (1999) pontua que há vestígios na língua de uma oposição semântica que não se identifica somente com “certeza” versus “incerteza”. Inicialmente, parte dos verbos que expressem dúvida, de fato, exige subjuntivo; e também, há alguns que exprimem certeza, que exigem indicativo em sua construção, e que, quando negados, podem receber subjuntivo, como, nos exemplos: “(44) Eu creio que Selma fuma cachimbo; (45) a. Eu não creio que Selma fuma cachimbo; b. Eu não creio que Selma fume cachimbo” (PERINI, 1999, p.258).

Perini (1999) aponta outra ocorrência/vestigio de codificação da oposição entre certeza e incerteza que aparece nas orações relativas adjetivas. De certa forma, a oposição entre subjuntivo e indicativo pode auxiliar a diferenciar elementos tomados referencialmente, e, de fato, aceitos como existentes, e, também, de elementos admitidos como possíveis, mas não necessariamente existentes. Observa-se nos exemplos a seguir:

(46a). Procuo uma mulher que fuma cachimbo.

(46b). Procuo uma mulher que fume cachimbo.

O falante de (46a) refere-se a uma mulher tomada como existente e que está sendo procurada; já o de (46b) deseja encontrar uma mulher que corresponda à descrição dada, mas não se compromete quanto à sua existência.

A codificação exemplificada em (46a) e (b), porém, representa um uso pouco frequente, e é possível que para muitos falantes as duas frases sejam, hoje, praticamente sinônimas. E mais um exemplo da tendência que se observa na língua a eliminar o papel semântico do subjuntivo (e, portanto, como sabemos, a eliminar gradativamente o próprio subjuntivo).

Voltando aos exemplos (34), (36) e (37), é mais indicado atribuir as diferenças de “certeza” à própria semântica do verbo principal (afirmar, querer, duvidar) do que ao modo do verbo subordinado. (PERINI, 1999, pp.258,259)

Essa ocorrência também aparece no modo imperativo. Pois, esse modo, com efeito, é especializado na expressão de ‘ordem’ ou ‘pedido’. De fato, não se pode utilizar um imperativo com outro valor; mas, ordens e pedidos podem perfeitamente ser conduzidos por orações no indicativo, como, nos exemplos descritos pelo gramático:

(47) Você poderia fechar essa janela

Aqui, portanto, vemos uma correlação, embora apenas unidirecional, entre modo verbal e modo semântico: o imperativo expressa a atitude de dar uma ordem ou fazer um pedido; entretanto, não é só o imperativo que tem essa função.

Finalmente, vale mencionar o caso das frases optativas, ou seja, as que têm verbo no subjuntivo, mas não são subordinadas. Estas expressam sempre um desejo:

(48) Deus te ajude.

No entanto, são algo raras, e tendem a limitar-se a certas fórmulas feitas. E, naturalmente, um desejo pode ser (e geralmente é) expresso por frases não-optativas:

(49) Eu gostaria que Deus te ajudasse.

(50) Deus vai te ajudar, tenho certeza. (PERINI, 1999, p.259)

No capítulo “transitividade, regência e concordância”, Perini (1999) reserva um tópico relacionado à forma dos complementos oracionais:

Um aspecto importante do fenômeno da regência são as exigências feitas pelos verbos, e também por outros itens, quanto à forma do verbo de seus complementos oracionais; em particular, essas exigências se referem ao modo do verbo do complemento. Nos exemplos abaixo, (41) Lelé demonstrou que podia fazer o serviço. (42) Lelé duvidou que pudesse fazer o serviço. (PERINI, 1999, p.175)

Nos exemplos, observa-se um a diferença de modo, no verbo da oração subordinada. A frase 41 está no indicativo, e, no subjuntivo a 42. Essa diferença pode ser atribuída ao verbo da oração principal. Com isso, o autor observa um fenômeno equivalente com orações subordinadas a outros itens.

Assim, uma oração subordinada à preposição *para* aparece no subjuntivo, mas não no indicativo: (43) Trouxemos este frango *para que* você o mate. Já, com a preposição *até*, ambos os modos são aceitáveis, com diferença semântica, no caso: (44) Fiquei escondido *até que* você chegou. (45) Ficarei escondido *até que* você chegue. Há ainda palavras consideradas “advérbios” que regem o modo da oração a que pertencem. *Talvez* aceita subjuntivo quando o verbo está à sua direita, como em (46) a. Eu talvez o procure no escritório. Em geral, aceita-se também o indicativo nesses casos, mas me parece que é mais raro: b. Eu talvez o procurarei no escritório. Mas, se o verbo está à esquerda de *talvez*, só o indicativo é admissível: (47) a. Eu o procurarei no escritório, talvez. b. *Eu o procure no escritório, talvez. (PERINI, 1999, p.258)

Perini (1999) aponta outro fator que motiva o aparecimento do subjuntivo em certos casos, sendo a presença de uma negação verbal. Um dado exemplo com o verbo afirmar (usa-se no indicativo): “O advogado afirmou que você é inocente. b. *O advogado afirmou que você seja inocente” (PERINI, 1999, p.258).

O autor descreve que se há um a negação verbal na principal, a subordinada pode vir no subjuntivo, da mesma forma no indicativo, como nos exemplos em (49) a. O advogado não afirmou que você é inocente. b. O advogado não afirmou que você seja inocente.

Perini (1999) observa que em certos casos o tempo verbal pode condicionar a ocorrência/uso do modo da subordinada. E, levanta exemplos como: “(50) a. Ele pensou que estivesse/estava protegido. b. Ele pensava que estivesse/estava protegido. c. Ele pensa que *esteja/está protegido” (PERINI, 1999, p.258).

Percebe-se que, em (c), somente o indicativo traz resultado cabível, o que faz correlação com o fato de que o verbo principal está no presente. Perini (1999) verifica que, em muitas das ocorrências em que os modos indicativo e subjuntivo são possíveis, constata-se uma alteração de sentido nítida em relação às duas versões. E o gramático menciona essa ocorrência relacionada ao modo subjuntivo, em oposição ao modo indicativo, sendo, de fato, uma correlação complexa e, por vezes, mal compreendida, mesmo depois de muita pesquisa realizada na área.

No tópico “Tempo, aspecto, modo”, Perini (1999) examina as três categorias semânticas que são expressas pelo verbo: o tempo, o aspecto e o modo. O gramático alerta que se fala, tradicionalmente, de ‘tempos’ e ‘modos’ verbais, e que muitos estudiosos incluem

termos como o ‘perfeito’ e ‘imperfeito’, que o autor afirma que são utilizados para indicar aspectos. E retoma:

Além disso, a nomenclatura tradicional não distingue o lado formal do lado semântico do fenômeno; e, na área de tempos, aspectos e modos, a discrepância entre forma e significado é muito grande. Exemplos dessa discrepância são: (a) o tempo chamado “presente do indicativo” nem sempre se refere a um fato que se está dando no momento presente; (b) nenhum a categoria semântica conhecida é expressa com exclusividade pelas formas do “modo subjuntivo”; (c) o aspecto imperfectivo pode ser veiculado por muitas formas que não são chamadas imperfeito. (PERINI, 1999, p.252-253)

O linguista e gramático Marcos Bagno (2013), em sua *Gramática de bolso do português brasileiro*, traz uma versão sintética de um compêndio maior, *Gramática pedagógica do português brasileiro*, com a finalidade de oferecer informação rápida para docentes que se comprometam com a exigente e constante tarefa na educação linguística. É importante ressaltar, também, que esta gramática de bolso, sendo um recorte de uma obra completa, como dito anteriormente, preocupa-se resumidamente sobre o que deve e o que não deve se ensinar dentro das salas de aula no Brasil em pleno século XXI.

Bagno (2013) conceitua o subjuntivo como o modo que explicita desejo, vontade, dúvida, hesitação etc. Saliencia que, o modo é morfologicamente redundante, por esse motivo, o modo não aparece em algumas variedades do português brasileiro. Desse modo, o emprego do subjuntivo aparece constantemente em gêneros textuais, e que, por esse motivo, docentes da língua portuguesa devem criar meios que facilitem aos educandos compreenderem os usos do modo subjuntivo adequadamente.

Diante disso, Bagno (2013) reserva um espaço para descrever ‘o que ensinar na escola’. Ele menciona que o modo subjuntivo é pouco utilizado nas variações da língua portuguesa, mas que há uma tendência de uso nos gêneros textuais [+monitorados], ou seja, de estar presente em textos mais formais, como, por exemplo, em jornais e revistas científicas. Isso significa que essa mudança linguística se constitui então como uma regra da gramática da língua. Por isso, é necessário ensinar as formas, usos e os empregos do modo subjuntivo para o aluno que não possui domínio desse modo verbal.

Bagno (2013) adverte que o ensino do modo subjuntivo não deve se pautar somente na memorização de paradigmas de conjugação, mas sim, pela via da reflexão, ou seja, sobre o uso que se faz desse modo em textos reais da língua. O docente deve mostrar ao seu aluno, pautado no ensino a partir dos textos, os verbos irregulares, tais como os verbos ser, ter, fazer,

dizer, saber, haver, ver, querer, poder, estar, dentre outros, justamente por serem os verbos mais empregados da língua.

4. SÍNTESE DAS DUAS ABORDAGENS

Com base nos conceitos apresentados sobre o modo subjuntivo pelas gramáticas normativas e pedagógicas, podemos fazer as seguintes reflexões e, possíveis, contribuições para o ensino e aprendizagem.

As gramáticas normativas, um dos objetos de análise desta pesquisa, propõem regras que se constituem a partir da variação culta da língua; sendo, ainda, compostas com explicações acerca das regras que elas descrevem/prescrevem. Observamos que essas regras não se aplicam a todos os usos/variações da língua. Dessa forma, podemos nos filiar às afirmações de Bagno (2013), quando pontua que, por causa desse modo normativo-prescritivo, tem-se a ideia de que só existe uma regra considerada ‘certa’, e que os demais usos são considerados ‘errados’, devendo ser evitados, pois para o desempenho linguístico de qualquer falante, em qualquer interação verbal, o uso considerado aceito é somente da variação culta.

Rocha Lima (2011), em sua *Gramática normativa da língua portuguesa*, pode contribuir na aquisição introdutória sobre o modo subjuntivo. Porém, o docente não deve somente pautar-se nesses conceitos, mas buscar exercícios que comprovem e que enriqueçam, de fato, os usos e ocorrências relacionados ao modo. De fato, Rocha Lima (2013) compõe sua gramática com conceitos breves, objetivos e também com frases que exemplificam o funcionamento de cada aspecto do modo. Da mesma forma, também o gramático-normativo Reis (1992) trabalha, em seu *Breviário da conjugação de verbos*, com observações simples e pontuais.

Bechara (2009), por sua vez, já incorpora em seus conceitos ocorrências e reflexos que a variação culta e a não culta sofrem. Descreve e exemplifica, ainda, momentos que o contexto de determinado fragmento pode acarretar em outros usos, como no caso do modo subjuntivo, que tem seu tempo presente igualando-se ao do indicativo; com isso, o modo perde seu valor diante dos usos que fazem os utentes da língua.

O gramático Cegalla (2008), em sua *Novíssima gramática da língua portuguesa*, além de conceituar o modo, prescreve, por meio de tabelas, as conjugações do modo subjuntivo, para detalhar com maior utilidade os processos. Já Pimentel e André, normativos, que têm como enfoque ensinar conceitos breves e objetivos, almejam, em seus compêndios, a preparação do usuário da língua para provas e concursos; sem preocupações com a aquisição de conhecimento sobre a estrutura que compõe as normas da língua portuguesa.

Luft (2002) faz sugestões sobre os fatos linguísticos do português, de tal forma que, para facilitar a aquisição de conhecimentos por parte dos leitores, inclui um *box* denominado “Sabendo um pouco mais”, no qual se encontra um repertório bibliográfico sobre o tema. Em relação ao modo subjuntivo, o autor aprofunda e traz contribuições acerca de seu contexto etimológico-histórico, além de uma abordagem semântico-psicológica, comparando os modos às faculdades da alma: subjuntivo = sensibilidade.

Nicola e Infante (1990), em sua *Gramática contemporânea da língua portuguesa*, também trabalham com a ideia da inserção do contexto histórico dos modos, e como, ao longo do tempo, quais aspectos continuaram e quais caíram em desuso pelos falantes brasileiros. Cipro Neto, em sua *Gramática da língua portuguesa*, constituindo seu compêndio, após a apresentação dos conceitos e características (tempo e aspecto) dos modos, propõe exercícios para fixação dos conceitos, para que o usuário da língua coloque em prática seu estudo/investigação, o que, de acordo com o autor, pode facilitar a compreensão e a memorização das normas.

O manual gramatical-normativo de Almeida (1990), por ser um material para consulta breve, trabalha o modo subjuntivo superficialmente; apresenta os tempos e como o modo está inserido nas orações subordinadas. O professor pode utilizar-se desse manual, como uma fonte introdutória, pois o autor expõe vários exemplos de frases/fragmentos que comportam o subjuntivo.

O gramático Carvalho (2007), em sua *Gramática superior da língua portuguesa*, apresenta o conceito do modo, conectando-o às três pessoas do discurso; classificando, ainda, o modo subjuntivo em relação à 1ª pessoa do discurso, por pertencer à função emotiva da linguagem, já que expressa incerteza, dúvida, probabilidade. Vale ressaltar, que Carvalho (2007) prescreve uma relação com o uso do advérbio (em especial o advérbio *talvez*) no funcionamento do subjuntivo, que, quando se alia ao modo indicativo, atua na função de atenuação de um pedido conjugado no modo imperativo.

O gramático apresenta ocorrências muito utilizadas pelos falantes, um assunto bastante útil para desenvolver com alunos, tanto do ensino fundamental II quanto do ensino médio, pois, como observado neste trabalho e nos exemplos expostos pelos gramáticos, o modo subjuntivo é praticamente substituído pelo indicativo, e mesmo com a oração acompanhada do advérbio *talvez*, produzindo o efeito de dúvida/incerteza. Como menciona Câmara Jr, o modo subjuntivo é “uma categoria vaga difusa, que só ganha nitidez pelo seu contraste funcional com o modo indicativo” (CAMARA JR. *apud* SANTOS, 2005, p.13).

Inicialmente, sobre a gramática de uso, o teórico e linguista Travaglia (2005) menciona que seu conteúdo descritivo deve ser estudado por meio de produções textuais completas (orais e escritas), tanto de textos literários, quanto de textos retirados da internet, como Castilho trabalha em sua *Pequena gramática do português brasileiro*, e ainda de textos produzidos pelos próprios alunos.

Mas, para que o trabalho tenha maior qualidade, o professor/educador tem que constituir-se de um repertório consistente sobre a língua, ou seja, conhecimentos sobre sua estrutura e funcionamento, para criação e produção de conteúdos e de exercícios adequados ao ensino e à habilidade que deseja alcançar com seus alunos.

As gramáticas pedagógicas têm muito a oferecer, principalmente, a usuários leigos, que pretendem enriquecer seu repertório linguístico e, também, se apropriarem da variação culta. Quanto a docentes que já possuem conhecimento específico, a gramática pedagógica de Bagno (2013) contribui para além das conceituações, com propostas de como trabalhar os conteúdos na sala de aula por via da reflexão e por meio, também, das novas tecnologias, tão presentes em nosso cotidiano.

Castilho (2012), em suas gramáticas pedagógicas apresentadas no capítulo anterior, volta-se totalmente para a sala de aula, pois trabalha por meio da reflexão e, principalmente, para o desenvolvimento crítico. O professor poderá se utilizar dos questionamentos e das atividades propostas, pois Castilho (2012) aborda temas atuais, inserindo variados usos do português brasileiro. Um exemplo para trabalhar o modo subjuntivo, de forma prática/lúdica, pode ser encontrado na atividade 10, da *Pequena gramática da língua portuguesa*: “identifique os tempos verbais usados, quantifique os resultados obtidos e verifique se eles correspondem aos usos indicados. Que tempo verbal predominou? Procure uma justificativa que explique o tempo usado” (CASTILHO; ELIAS, 2012, p.173).

Perini (1999), em sua gramática descritiva do português, praticamente da mesma forma que Castilho (2012), Neves (2000) e Bagno (2013), propõe um material que não se finca somente em conceitos e frases desconexas e sem sentido. Tendo base em pesquisas próprias, o gramático não apresenta somente a norma culta padrão, mas ocorrências contidas em variações consideradas incultas, mas bastante utilizadas pelos falantes. Sendo também essas variações presentes no cotidiano do aluno, o professor pode trabalhar questões relacionadas à troca do modo subjuntivo pelo indicativo na fala dos brasileiros, e também apresentar que esse modo é mais usado em textos cultos.

Neves (2000), em sua *Gramática de usos do português*, direciona sugestões e propostas de usos da língua que docentes podem trabalhar em sala. Trata-se de um material repleto de conceitos baseados e/ou explicitados por meio da unidade maior - o texto. A autora aponta os usos da variação culta e também das variações mais comuns relacionadas ao modo subjuntivo. O professor pode estar consultando a origem dos fragmentos utilizados como exemplos, que se encontram no final da gramática, em secção intitulada “Textos examinados”. Assim, o professor pode estar utilizando os textos para trabalhar com seus alunos; vale ressaltar que o professor deve possuir conhecimento prévio dos tipos e das características dos aspectos verbais, pois a gramática de Neves (2000) demanda conhecimento e um teor de complexidade referente ao contexto histórico e aspectual do verbo.

Bagno (2013) descreve que as formas prestigiadas de falar e de escrever devem estar disponíveis, como todos os demais patrimônios na sociedade, pois a norma culta da língua deve estar integrada no repertório de todos os usuários. E recomenda que o ensino de línguas não se finque apenas no uso normativo-prescritivo, mas se ajuste no que o aluno/educando presencia no dia-a-dia.

Por isso, é tarefa primordial da educação linguística ensinar aquilo que o aprendiz não sabe aquilo que não está disponível para ele em seu meio social. E mesmo quando esse aprendiz provém das classes médias e médias altas, o uso familiar, cotidiano, espontâneo da língua – ainda que mais próximo das variedades urbanas de prestígio – é bastante diferente dos usos mais monitorados. (BAGNO, 2013, p. 310)

O gramático também pontua que professores de língua portuguesa devem propor para a sala de aula a realidade viva da língua; pois, ainda, é perceptível o modo de alguns docentes se descuidarem da vivacidade linguística – uma vez que, por falta de formação e de recursos tecnológicos, continuam a recusar o abandono de antigas práticas de ensino, não alcançando um resultado positivo/satisfatório. Hoje, vemos que, em poucos minutos, tendo acesso a sites voltados para a educação e ensino de línguas, é possível, planejar e ministrar aulas cheias de vivacidade e ludicidade, o que, em outros tempos, demandaria horas de exibição e/ou memorização.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As gramáticas de Rocha Lima, Bechara, Perini, Moura Neves, Bagno, Carvalho e Castilho, descritas aqui nesta pesquisa, são gramáticas formuladas com qualidade e pesquisas pertinentes, enquanto outras gramáticas analisadas, tais como André, Cipro Neto, Pimentel, são representações da tradição gramatical que não acrescentam ideias nem pensamentos novos ou singulares.

As gramáticas normativas, em sua maioria apenas apresentam a variação culta, mas tem seu valor como base introdutória ao modo subjuntivo. O professor não deve utilizar apenas a variação culta, pois, apesar de ser algo importantíssimo e que deve ser visto em aulas de língua portuguesa, ainda há novas ideias e novos meios teóricos e práticos de ensino, que devem ser considerados, para que não ocorra um empobrecimento do repertório linguístico.

Com isso, as gramáticas abordadas neste trabalho deixam perceptível que, independentemente de qualquer contexto que o enunciado esteja inserido, contendo o modo subjuntivo/conjuntivo, é previsto que o falante não confirma/afirma o conteúdo enunciado. Como servem de exemplo os fatores apontados por Marques (2001, p.24), que indicam o que segue: não há um conhecimento confirmado pelo sujeito, quando não anseia comunicar-se como sujeito principal da discussão e/ou quando remete para informações que compõem a interação de diálogo; dessa forma, o sujeito não é verdadeiramente sujeito – não sendo, destarte, princípio lógico de seus enunciados, por não compreendê-los hermeneuticamente. Também os gramáticos mencionam que os conceitos direcionados a classificação do subjuntivo/conjuntivo expressam contextos ‘não reais’, em contraste com a expressão do ‘real’; característica do indicativo.

No entanto, também vale ressaltar questões relacionadas à nomeação/definição do conjuntivo como ‘modo da subordinação’, pois o modo possui exceções, pelo fato de não ocorrer em todos os tipos de orações subordinadas, e também possuir características próprias, não é o único modo possível na subordinação, sendo que o indicativo também aparece em orações subordinadas (MARQUES, 2001, p.26).

Portanto, nesse trabalho, procuramos apresentar as discussões e as contribuições dos compêndios tradicionais e pedagógicos que conceituam o modo subjuntivo. Acreditamos que essas gramáticas aliadas às novas tecnologias podem trazer benefícios, com enfoque maior na gramática de Bagno (2013), por oferecer subsídios para o ensino e a aprendizagem do verbo por meio exercícios didáticos que facilitam a aquisição do modo; também o gramático expõe pontos que não devem ser trabalhados em sala de aula. Para tanto, os professores de língua

portuguesa têm em mãos um material riquíssimo, que, se bem planejado e organizado, poderá construir aulas bem-sucedidas, incorporando métodos de ensino e propostas mais ágeis e produtivas.

O leitor atento, talvez, perceba que falamos pouco de Marcos Bagno, no capítulo dedicado às gramáticas pedagógicas. Isso se deu, conscientemente, em função de suas contribuições se dirigirem mais aos exercícios e às atividades propostas como apoio ao ensino e ao aprendizado do idioma materno. Em relação aos aspectos teóricos, Perini desenvolve mais o raciocínio, o que é bom para o professor. Bagno, ao contrário, colabora mais com a atividade propriamente didática, ou seja, com o ato pedagógico na sala de aula.

Creemos ter cumprido o nosso objetivo principal, o de apresentar aos professores o que os compêndios gramaticais trazem a respeito do modo subjuntivo. Não conseguimos ir além, o que já sabíamos, por nossa experiência no PIBIC (Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica). De fato, inexistiu material de apoio ao ensino de língua portuguesa no que toca a esse ponto, e sobre essa temática pretendemos elaborar um novo projeto a ser desenvolvido no mestrado acadêmico, no qual desejamos desenvolver material didático relativo ao ensino dos modos verbais.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ANDRÉ, Hidebrando A. de. **Gramática ilustrada**. 5ª ed. – São Paulo: Moderna, 1997.
- ALMEIDA, Antônio Fernando de. **Português básico para os cursos superiores**. – 2ª ed. – São Paulo: Atlas, 1990.
- BAGNO, Marcos. **Gramática de bolso do português brasileiro**. – São Paulo: Parábola editorial, 2013.
- BECHARA, Evanildo. **Moderna gramática portuguesa**. - 37ª ed. – Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira; Lucerna, 2009.
- BECHARA, Evanildo. **Moderna Gramática portuguesa**. – 34ª ed. – São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1992.
- CASTILHO, Ataliba T. de. **Nova gramática do português brasileiro**. – São Paulo: Contexto, 2010.
- CASTILHO, Ataliba T. de; ELIAS, V. M. **Pequena Gramática do Português Brasileiro**, São Paulo: Contexto, 2012.
- CARVALHO, José Augusto. **Gramática superior da língua portuguesa**. – Vitória: Universidade Federal do Espírito Santo, 2007.
- CEGALLA, Domingos Paschoal. **Novíssima gramática da língua portuguesa** – 48º ed. – São Paulo: Companhia Editorial Nacional, 2008.
- CIPRO NETO, Pasquale. **Gramática da língua portuguesa**. – São Paulo: Scipione, 1998.
- FARACO, Carlos Alberto; CASTRO, Gilberto de. **Por uma teoria linguística que fundamente o ensino de língua materna** (ou de como apenas um pouquinho de gramática nem sempre é bom), Educ. rev. Nº15, Curitiba, 1999. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-40601999000100015 Acesso em: 02 de jun. 2016.
- GARCIA, André Luiz Ming. **Gramática Tradicional ou Normativa?** Um enredamento de língua, política, educação e ciência. Periódicos Letras UFMG, 2011. Disponível em: <http://www.periodicos.letras.ufmg.br/index.php/relin/article/viewFile/2559/2511> Acesso em: 02 de maio 2016.
- HENRIQUES, Cláudio César. **Três gramáticas de referência para os estudos do português**. ABRAFIL – número IX, 2011. Disponível em: <http://www.filologia.org.br/abf/rabf/9/041.pdf> Acesso em: 26 de maio 2016.
- LUFT, Celso Pedro. **Moderna gramática brasileira**. – 2ª ed. São Paulo: Globo, 2002.
- MARQUES, Maria Luísa Dias Leão. **O modo conjuntivo e a expressão de tempo em frases completivas**. Dissertação de Mestrado em Linguística Portuguesa Descritiva. Faculdade de

Letras da Universidade do Porto, 2001. Disponível em: <https://repositorio-aberto.up.pt/.../2/4790TM01PLUISAMARQUES000069353.pdf>. Acesso em: 11 de jun. 2016.

NEVES, Maria Helena de Moura. **Gramática de usos do português**. – São Paulo: Editora UNESP, 2000.

NICOLA, José de; INFANTE, Ulisses. **Gramática contemporânea da língua portuguesa**. – São Paulo: Editora Scipione, 1990.

NOVO, Idressa Ribeiro. **Variação entre o presente do indicativo e o presente do subjuntivo e seus reflexos nas aulas de língua portuguesa**. Anais do SIELP, 2014. Disponível em: <http://www.ileel.ufu.br/anaisdosielp/wp-content/uploads/2014/11/861.pdf> Acesso em: 02 de jun. 2016.

PEEL, Misleine Andrade Ferreira; OLIVEIRA, Luiz Roberto Peel Furtado de. **Gramática e matemática – duas técnicas fundamentais para a aquisição de cultura**. XVIII - Congresso Nacional de Linguística e Filologia, 2014. Disponível em: http://www.filologia.org.br/xviii_cnlf/cnlf/03/031.pdf Acesso em: 02 de jun. 2016.

PERINI, Mário A. **Gramática do português brasileiro**. São Paulo: Parábola editorial, 2010.

PESSOA, Ana Cláudia; LIMA, Ana; SILVA, Alexsandro (Orgs). **Ensino de gramática: reflexões sobre a língua portuguesa na escola** – São Paulo, Editora Autêntica, 2012.

PIMENTEL, Ernani Filgueiras. **Gramática pela prática**. – 4 ed. Brasília: Vest-Com, 1998.

PINPÃO, Tatiana Schwochow. **Variação no presente do modo subjuntivo: uma abordagem discursivo-pragmática**. Tese de mestrado – UFSC, 1999. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/100400/314129.pdf?sequence=1> Acesso em: 02 de jun. 2016.

REIS, Otelo. **Breviário da conjugação de verbos**. Rio de Janeiro: Editora Francisco Alves, 1992.

RITONDALE, Cladionor. **Português: Sintaxe Básica**. São Paulo: Clube de autores, 2009.

ROCHA LIMA, Carlos Henrique da. **Gramática Normativa da língua portuguesa**. – 49ª ed. – Rio de Janeiro: José Olympio, 2011.

RODRIGUES, Giovane. **Experiência, lógica e Gramática: um estudo sobre as condições empíricas da normatividade tais como apresentadas na segunda filosofia de Wittgenstein**. – São Paulo, Dissertação de Mestrado, USP, 2011. Disponível em: http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8133/tde-22082012-114629/publico/2011_GiovaneRodrigues.pdf Acesso em: 02 de jun. 2016.

SANTOS, Regina Marques Alves dos. **O uso variável do modo subjuntivo em estruturas complexas**. Dissertação de Mestrado, São José do Rio Preto, 2005. Disponível em: http://repositorio.unesp.br/bitstream/handle/11449/86606/santos_rma_me_sjrp.pdf?sequence=1 Acesso em: 02 de jun. 2016.

SOUSA, Wélia Leão. **A linguística aplicada ao ensino de língua portuguesa: o ensino-aprendizagem da Língua Materna no espaço da sala de aula**, 2012. Disponível em: <http://sinop.unemat.br/projetos/revista/index.php/eventos/article/viewFile/604/411> Acesso em: 26/05/2016.

TRAVAGLIA, Luiz Carlos. **Gramática e interação: uma proposta para o ensino de gramática**. – 10ª ed. – São Paulo: Cortez, 2005.